lance que cobrir a melhor oferta; e

os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

valor unitário e total do item;

Descrição do objeto;

Empresa geradora de energia;

Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estabelecido.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos

efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ***de R$1,00 (um real).***

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

empresas brasileiras;

empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos

do processo licitatório.

O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep); e.

A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da

margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus

respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **quatro horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os

documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DO TERMO DE CONTRATO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *05* (*cinco*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

dos licitantes que mantiverem sua proposta original

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [*inserir endereço eletrônico*].

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou

culpa:

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

deixar de apresentar amostra;

apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

fraudar a licitação;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração Pública;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida no prazo máximo de *30* (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5%* a *15%* do valor do contrato licitado.

Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15%* a *30%* do valor do contrato licitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a

instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [*indicar os meios para a recepção das impugnações e pedidos de esclarecimentos*].

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [*inserir endereço eletrônico*].

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II– Minuta de Termo de Contrato;

Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV – Índice de medição de resultados (IMR)

ANEXO V - Orientações para elaboração da proposta;

ANEXO VI - Modelo de proposta.

ANEXO VII- Minuta de Atestado de Visita

ANEXO VIII- Minuta de Declaração de conhecimento do objeto

Anexo VIII – (...);

..... , ... de ..... de 20.....

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Agente da Adminstratação responsável pela assinatura do contrato), pessoa física ou jurídica de direito privado, inscrita no CPF/CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede no município Cidade-UF, na Endereço, nº XX, Bairro XXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXX-XXX, neste ato representada pela (s) pessoa (s) que assina (m) abaixo (se aplicável). **(Dados do consumidor/UGE)**

OUTORGADA: XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. **(Dados da vencedora do certame licitatório)**

PODERES: Pelo presente mandato, a **OUTORGANTE** nomeia e constitui sua bastante procuradora a **OUTORGADA**, para a qual concede, a partir desta data, os poderes específicos para representá-la, inclusive através de cópias reprográficas deste, perante quaisquer distribuidoras de energia elétrica, incluindo, mas não se limitando, as distribuidoras do grupo XXXXXXXX (**se for o caso**), e também perante a **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**, com o objetivo de praticar todo e qualquer ato referente à operacionalização da migração para o Mercado Livre de Energia, sob a modalidade “Comercializador Varejista”, incluindo, mas não se limitando, a gestão contratual e o relacionamento comercial de unidades consumidoras com a distribuidora local, assinatura de instrumentos jurídicos junto à **CCEE** e outras formalidades imprescindíveis à modelagem de ativos da **OUTORGANTE**, bem como tudo o que for necessário visando o bom e fiel cumprimento desta incumbência.

A **OUTORGADA** declara e garante que observa, de forma integral, todas as determinações da LeiGeral de Proteção de Dados, Lei n° 13.709/18.

ASSINATURA DO OUTORGANTE
NOME DO OUTORGANTE
CPF DO OUTOGANTE

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

TERMO DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO DA ENERGIA

Distribuição do quantitativo da energia ao longo do contrato.

Ano	Início	Fim	Qtde em MWh [médio]	Qtde em MWh [médio]	Qtde em MWh [Flexibilidade inferior]	Qtde em MW [Flexibilidad superior]
1 (2026)	Final do período de denúncia	12 meses após o início do fornecimento	[redacted]			
2 (2027)	12 meses após o início do fornecimento	24 meses após o início do fornecimento				
3 (2028)	24 meses após o início do fornecimento	36 meses após o início do fornecimento				
4 (2029)	36 meses após o início do fornecimento	48 meses após o início do fornecimento				
5 (2030)	48 meses após o início do fornecimento	60 meses após o início do fornecimento				

- Sazonalização: flat

- flexibilidade inferior – 0% da quantidade média de energia elétrica;
- flexibilidade superior – 100% da quantidade média de energia elétrica;
- Modulação: conforme perfil de carga;
- Submercado: Norte;
- Fator de perdas: 3% (Constante Padrão);
- A energia elétrica a ser fornecida deverá ser proveniente dos empreendimentos de geração exclusivamente de fontes incentivadas com o direito a 50% de desconto na TUSD para a CONTRATANTE, de acordo com a Lei 9.427/1996 e Lei 13.360/2016;
- Reembolso TUSD Caso o desconto na TUSD/TUST apurado para o mês de vigência docontrato seja inferior ao contratado, a VENDEDORA se compromete a reembolsar a diferença proporcional à perda do desconto, conforme relatórios da CCEE, no valor de R$ 40.00/MWh;
- Os dados da tabela acima são referenciais.

APÊNDICE XVI
MODELO DO RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Unidade Consumidora:					
Endereço:					
Competência Faturada:	MÊS/ANO				
Responsável pelo Pagamento do ICMS sobre Energia:	CONTRATADA/CONTRATANTE				
DETALHAMENTO DOS CUSTOS NO MERCADO CATIVO					
		Quantidade	Tarifas	Valor	Valor com Impostos
Energia	Consumo Ponta (MWh)				
	Consumo Fora Ponta (MWh)				
	Bandeira Tarifária				
Uso da Rede (TUSD)	TUSD Ponta (MWh)				
	TUSD Fora Ponta (MWh)				
	Demanda (kW)				
		Aliquota (%)	Base de Cálculo	Valor do Imposto	
Impostos	PIS				
	COFINS				
	ICMS				
Total Mercado Cativo					R$ -
Desconto calculado					0%
Total Mercado Livre					R$ -
DETALHAMENTO DOS CUSTOS NO MERCADO LIVRE					
		Quantidade	Tarifas	Valor	Valor com Impostos
Uso da Rede - Livre	TUSD Ponta (MWh)				
	TUSD Fora Ponta (MWh)				
	Demanda (kW)				
		Aliquota (%)	Base de Cálculo	Valor do Imposto	
Impostos	PIS				
	COFINS				
	ICMS				
Total Uso da Rede - Livre					R$ -
ICMS sobre Energia - Livre	Aliquota (%)	Base de Cálculo	Valor do Imposto		
Valor a ser Faturado (caso a responsabilidade sobre o pagamento do ICMS sobre energia seja do Contratante, o valor do ICMS deve ser abatido do valor a ser faturado)					R$ -

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
10/2025

Responsável pela Edição
[redacted]

Data de Criação
24/04/2025 13:52

Objeto da Matriz de Riscos
Serviços de fornecimento de energia de Contratação Livre à 12ª Região Militar

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Edital reprovado pela CJU.	Edital não estar de acordo com as premissas da CJU.	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Atraso na publicação do Edital.					
	Ações Preventivas					
P-01	Realizar revisões; treinamentos dos integrantes da SALC e atender aos modelos e recomendações da CJU.			**Responsável:** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Adequar rapidamente o Edital atendendo as observações do relatório da CJU.			**Responsável:**		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Impugnação do edital	O Edital não atende as premissas e recomendações da CJU.	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Anulação da licitação.					
	Ações Preventivas					
P-01	Realizar revisões; treinamentos dos integrantes da SALC, e atender os modelos e recomendações da CJU.			**Responsável:** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Analisar a impugnação verificando seu mérito, responder a impugnação ou anular o certame.			**Responsável:**		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Licitação deserta ou fracassada	Pesquisa de preço com parâmetros inadequados, não considerando a volatilidade e dinamicidade do mercado, acarretando preços estimados na licitação que não reflitam a realidade de mercado. Especificação incorreta do objeto que não reflita corretamente a demanda. Cláusulas contratuais e condições de contratação que restrinjam a competitividade.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Anulação na licitação					
	Ações Preventivas					
P-01	Realizar ampla publicidade no certame.			**Responsável:** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Republicação do certame em outros meio de comunicação.			**Responsável:**		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Licitante vencedora sem a qualificação específica.	Empresa vencedora do processo licitatório não possuir qualificação para realização Seleção do Fornecedor dos serviços.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Atraso na conclusão da licitação.					
	Ações Preventivas					
P-01	Definir requisitos mínimos de habilitação jurídica específica e qualificação técnica para o fornecimento de energia ACL- Ambiente de Contratação livre.			**Responsável** [redacted]		

	Ações de Contingência	
C-01	Inabilitar licitantes que não cumprirem os requisitos previstos no Edital.	**Responsável:** [redacted]

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Situação fiscal e da empresa incompatível com o objeto.	Empresa sem condições financeiras para cumprir as exigências do contrato e/ ou não cumprir com a responsabilidade fiscal direta e indireta.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Rescisão do contrato com possibilidade de custos adicionais junto ao ACL.	
	Ações Preventivas	
P-01	A exigência de documentação que comprove os índices financeiros e regularização trabalhista-fiscal durante as fases de contratação e da execução do contrato periodicamente.	**Responsável:** [redacted]
	Ações de Contingência	
C-01	Aplicação de notificações e sansões administrativas previstas em Lei contratada e avançar com novo processo de contratação de empresa para a continuidade de execução de serviços.	**Responsável:**

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Necessidade de adequação do sistema Elétrico	Necessidade de execução de infraestrutura de substituição de medidores nas unidades consumidoras (sistema de medicação e Gestão de Contrato) ainda não adequados ao ACL.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

	Impactos	
1	Atraso na migração e possibilidade de multas relacionadas por parte do Sistema Elétrico.	
	Ações Preventivas	
P-01	Realizar gestões preliminares junto a concessionária para avaliar a situação do sistema de medicação para fins de migração ao ACL e ter tempo hábil para tratar de óbices que porventura existam.	**Responsável:** [redacted]
	Ações de Contingência	
C-01	Incluir um custo estimado básico previsto em edital, caso haja algum empecilho durante a vistoria técnica para a migração.	**Responsável:**

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Demora na análise de requisitos para adequação de infraestrutura.	Descumprimento de prazos e deveres pela Concessionária de Energia.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

	Impactos	
1	Atraso no cronograma de migração.	
	Ações Preventivas	
P-01	Contato prévio com a Concessionária.	**Responsável:** [redacted]
	Ações de Contingência	
C-01	Acionamento de Ouvidorias (Concessionária e ANEEL)	**Responsável:**

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Adequações solicitadas pela concessionária superam estimativa elaborada pela contratada.	Falha na estimativa de investimentos necessária a adequação da subestação.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

	Impactos	
1	Impacto no cronograma de migração e aumento do investimento necessário para migração da unidade consumidora para o ACL.	
	Ações Preventivas	
P-01	Possibilidade de vistoria pela Contratada das subestações em caso de ausência de informações, afim de obter insumos para elaboração da estimativa de investimentos mais assertivas.	**Responsável:** [redacted]
	Ações de Contingência	
C-01	Administração deverá arcar com a diferença dos custos de adequação prevista em edital.	**Responsável:**

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Mensuração imprecisa de demanda energética para as unidades passíveis de migração.	Falha técnica no dimensionamento.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

	Impactos	
1	Comercialização em curto prazo, com possível impacto econômico.	
	Ações Preventivas	
P-01	Verificar as faturas dos últimos dos últimos 12 meses de cada Unidade Consumidora.	**Responsável:** [redacted]
	Ações de Contingência	
C-01	Renegociar com a contratada os corretos dimensionamentos aos valores da licitação.	**Responsável:**

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Acompanhamento impreciso no consumo e comparação com os custos no mercado cativo.	Falha técnica em Gestão de Energia	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	Impactos					
1	Demonstrativos de faturamento incorretos.					
	Ações Preventivas					
P-01	Validações frequentes de relatórios técnicos com o apoio de equipe na gestão de faturas de energia e encontro de contas semestral, validando os valores estimados frente as faturas emitidas pelas concessionárias de energia.			**Responsável:** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Fiscal de Contrato deverá notificar a contratada para explicar inconformidades.			**Responsável:**		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Retirada do desconto de 50 a 100% na TUSD da unidade consumidora	Alteração da política de preços e benefícios fiscais.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
	Impactos					
1	Impacto direto no faturamento da CONTRATADA.					
	Ações Preventivas					
P-01	Acompanhamento do ambiente regulatório e revisão da estratégia de aquisição de energia.			**Responsável** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Retornar ao Mercado Cativo			**Responsável**		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Aumento do valor do KWh e da procura por fontes alternativas	Acompanhamento do ambiente regulatório e revisão da estratégia de aquisição de energia, tais como, contratos de 5 anos com preços fixos.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	Impactos					
1	Aumento do valor do KWh e da procura por fontes alternativas.					
	Ações Preventivas					
P-01	Acompanhamento do ambiente regulatório e revisão da estratégia de aquisição de energia, tais como, contratos de 5 anos com preços fixos.			**Responsável:** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Retornar ao Mercado Cativo			**Responsável:**		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

[redacted]





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, em conformidade com a Instrução Normativa nº 73/2020-SEGES/ME.

1. OBJETO: Serviço de fornecimento de Energia Elétrica através do Mercado Livre.

2. **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**: De 21 *a 25 de abril de 2025.*

3. METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de

( ) Média (x) Mediana ( ) Menor Preço ( ) Outra:

4. FONTES DE PESQUISA

4.1. Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN nº 73/2020 - SEGES/ME:

a. Parâmetro I - Painel de Preços/SAG (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br).

b. Parâmetro II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano.

- Este parâmetro foi utilizado, com base no processo de aquisição em andamento no 2º GEC.

c. Parâmetro III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses.

- Este parâmetro não foi utilizado, por não terem sido encontradas fontes adequadas ao objeto e com dados passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento.

d. Parâmetro IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com os orçamentos compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses.

Ord	Objeto	Fornecedor (Nome e CNPJ)	Data Orçamento	Preço Unit (R$) médio
1	Fornecimento de energia	Cemig Distribuição S/A Cnpj: 06.981.180/0001-16	20/03/2023	[redacted]

5. ANÁLISE DA PESQUISA

5.1. Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, tendo sido priorizado o inciso I e II, como fonte de consulta chegou-se ao seguinte resultado:

METODOLOGIA ITEM Único	FORNECEDOR [3]	CONTRATAÇÕES ANTERIORES [2]	PAINEL [1]	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Valor utilizado [1 e 4]	Valor orçado
Fornecimento de energia	[redacted]								

O valor cotado refere-se ao valor de fornecimento de 1MW/h.

6. ANEXOS: A documentação comprobatória contendo 26 (vinte e seis) folhas que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

[redacted]

[redacted]

Membro da equipe de planejamento

COTAÇÃO COM FORNECEDOR PARA O COMANDO DA 12ª RM

MERCADO LIVRE DE ENERGIA CEMIG

PROPOSTA DE VENDA DE ENERGIA
MODALIDADE VAREJISTA

Ilmo(a). Sr(a). Ricardo Prado do Monte

NOSSA REFERÊNCIA: 00066587/2025 - DATA: 20/03/2025

Representante da Empresa COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR

1. Produto Varejista CEMIG - Dados Financeiros e Comerciais:

Produto	I5 - Energia Elétrica Incentivada com desconto de 50% (cinquenta por cento) na TUSD e Certificado de Energia Renovável - CEMIG REC
Forma de Entrega	Registro mensal na CCEE
Período de Fornecimento	De 01/01/2026 até 31/12/2030
Validade da Proposta	25/03/2025
Apuração do Montante Mensal Fornecido	Requisito necessário medido da(s) unidade(s) consumidora(s)
Índice de Reajuste	IPCA (IBGE)
Data de Referência	01/03/2025
Vencimento da Fatura	10° dia do mês subsequente ao do fornecimento

2. Preço (R$/MWh):

Nome	Data inicial	Data final	Preço (R$/MWh)	Submercado
COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR	01/01/2026	31/12/2026	R$ 322,00	Norte
COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR	01/01/2027	31/12/2027	R$ 286,00	Norte
COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR	01/01/2028	31/12/2028	R$ 253,00	Norte
COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR	01/01/2029	31/12/2029	R$ 245,00	Norte
COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR	01/01/2030	31/12/2030	R$ 240,00	Norte

3. No preço estão incluídos os encargos da CCEE, devendo ser agregado o Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), se aplicável.

4. O COMPRADOR, caso ainda não tenha denunciado o Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) junto à Distribuidora Local, deverá fazê-lo, assim que solicitado pelo VENDEDOR.



5. Caso nenhuma Unidade Consumidora do COMPRADOR tenha concluído o processo de modelagem na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) até a data prevista para o início do fornecimento, o CONTRATO será adiado até a sua conclusão, desde que a culpa não seja exclusiva do COMPRADOR. Nesse caso, o CONTRATO poderá ser postergado, a critério do VENDEDOR, pelo mesmo período em relação à data inicialmente prevista.

6. As informações aqui descritas devem ser tratadas em caráter de confidencialidade, destinando-se apenas ao uso próprio, não devendo, portanto, serem repassadas a terceiros.

7. A assinatura do presente termo pelo COMPRADOR importa na assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Avenças Comerciais da Comercialização Varejista, e obriga as PARTES aos deveres e direitos, inclusive à cobrança de penalidades nele previstas.

8. A assinatura da presente proposta vinculará o COMPRADOR à assinatura do CONTRATO nos termos do item 7, desde que os requisitos relativos aos riscos empresariais e ao crédito sejam aprovados pelos órgãos responsáveis do VENDEDOR.

Atenciosamente,

Consultores do Mercado Livre de Energia CEMIG

“De Acordo” em ____/____/_____

_____

Nome: _____

Cargo: _____

Indicar os nomes completos e e-mails dos representantes legais que assinarão o contrato:

Nome: _____ E-mail:_____

Nome: _____ E-mail:_____

COTAÇÃO CONTRATAÇÕES ANTERIORES



Ilmo(a). Sr(a).

NOSSA REFERÊNCIA: 00056931/2024 - DATA: 23/09/2024

Representante da Empresa COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

1. Produto Varejista CEMIG - Dados Financeiros e Comerciais:

Produto	I5 - Energia Elétrica Incentivada com desconto de 50% (cinquenta por cento) na TUSD e Certificado de Energia Renovável - CEMIG REC
Forma de Entrega	Registro mensal na CCEE
Período de Fornecimento	De 01/01/2025 até 31/12/2029
Validade da Proposta	28/09/2024
Apuração do Montante Mensal Fornecido	Requisito necessário medido da(s) unidade(s) consumidora(s)
Índice de Reajuste	IPCA (IBGE)
Data de Referência	01/09/2024
Vencimento da Fatura	10° dia do mês subsequente ao do fornecimento

2. Preço (R$/MWh):

Nome	Data inicial	Data final	Preço (R$/MWh)	Submercado
COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - 00870021	**01/01/2025**	**31/12/2025**	**R$ 307,71**	**Norte**
COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - 00870021	**01/01/2026**	**31/12/2026**	**R$ 264,00**	**Norte**
COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - 00870021	**01/01/2027**	**31/12/2027**	**R$ 258,00**	**Norte**
COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - 00870021	**01/01/2028**	**31/12/2028**	**R$ 250,00**	**Norte**
COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA - 00870021	**01/01/2029**	**31/12/2029**	**R$ 243,00**	**Norte**

3. No preço estão incluídos os encargos da CCEE, devendo ser agregado o Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), se aplicável.

4. O COMPRADOR, caso ainda não tenha denunciado o Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER) junto à Distribuidora Local, deverá fazê-lo, assim que solicitado pelo VENDEDOR.



5. Caso nenhuma Unidade Consumidora do COMPRADOR tenha concluído o processo de modelagem na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) até a data prevista para o início do fornecimento, o CONTRATO será adiado até a sua conclusão, desde que a culpa não seja exclusiva do COMPRADOR. Nesse caso, o CONTRATO poderá ser postergado, a critério do VENDEDOR, pelo mesmo período em relação à data inicialmente prevista.

6. As informações aqui descritas devem ser tratadas em caráter de confidencialidade, destinando-se apenas ao uso próprio, não devendo, portanto, serem repassadas a terceiros.

7. A assinatura do presente termo pelo COMPRADOR importa na assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Avenças Comerciais da Comercialização Varejista, e obriga as PARTES aos deveres e direitos, inclusive à cobrança de penalidades nele previstas.

8. A assinatura da presente proposta vinculará o COMPRADOR à assinatura do CONTRATO nos termos do item 7, desde que os requisitos relativos aos riscos empresariais e ao crédito sejam aprovados pelos órgãos responsáveis do VENDEDOR.

Atenciosamente,

Consultores do Mercado Livre de Energia CEMIG

“De Acordo” em ____/____/_____

_____

Nome: _____

Cargo: _____

Indicar os nomes completos e e-mails dos representantes legais que assinarão o contrato:

Nome: _____ E-mail:_____

Nome: _____ E-mail:_____

À

COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Assunto: **Proposta Comercial para Contratação de Energia Elétrica – Modelagem Varejista**

A EDP – SMART ENERGIA LTDA. é uma empresa comercializadora de energia elétrica pertencente ao GRUPO EDP, com mais de 12 anos de experiência no mercado livre de energia e comercializando mais de 1400 MW médios por ano.

Além da comercialização de energia, a comercializadora da EDP presta serviços de gestão e representação de consumidores livres e especiais na Câmara de Comercialização de Energia elétrica - CCEE.

Abaixo, alguns de nossos clientes:



Atualmente, o Grupo EDP possui presença relevante no panorama energético mundial e está presente em 15 países com mais de 12 mil colaboradores em todo o mundo.

Controlada pela EDP Energias de Portugal S.A, uma das maiores operadoras europeias no setor energético, a EDP Energias do Brasil S.A. (“EDP Brasil”) atua nos segmentos de Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização e Soluções de energia elétrica no País. Com sede na cidade de São Paulo, a EDP possui ativos em 12 estados: Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa

Catarina e Tocantins. No Brasil, as 26 empresas do Grupo EDP têm presença relevante em todos os segmentos do setor elétrico:

Geração
O Grupo EDP possui 18 empreendimentos de geração no Brasil, presentes em oito Estados (AM, CE, ES, MT, MS, PA e TO), entre eles hidrelétricas e uma termoelétrica, somando 2,7 GW de potência instalada e com previsão de mais 919 MW até 2018. Considerando as usinas em fase de construção, prevê-se que o Grupo EDP terá, no Brasil, 3,6 GW de geração instalada até 2018.

Transmissão
No último leilão de transmissão, a EDP se consagrou como o maior investidor, arrematando lotes que totalizam um investimento de mais de 3 bilhões de reais. A EDP será responsável pela construção e operação de aproximadamente 1.300 km de linha transmissão.

Distribuição
A holding EDP Brasil possui duas distribuidoras de energia elétrica com cerca de 3,3 milhões de consumidores. A EDP Espírito Santo (ESCELSA) atende 70 dos 78 municípios, cerca de 1,5 milhões de clientes. A EDP São Paulo (Bandeirante) atende 1,8 milhões de clientes em 28 municípios.

Comercialização
A EDP – SMART ENERGIA LTDA é uma empresa pertencente à EDP Brasil, com forte atuação nos seguimentos atacadista e varejista, sendo uma das líderes de mercado, com mais de 12 anos de experiência no mercado livre de energia e comercializando mais de 1500 MW médios por ano.

Serviços
Dentro da unidade de negócios de Soluções em Energia, a EDP Brasil mantém a EDP GRID – Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. e a EDP - Soluções em Energia S.A., que têm como objetivo fornecer soluções energéticas personalizadas, tais como: Eficiência Energética, Projetos de Geração de Vapor e Cogeração de Energia, Projetos de Geração Fotovoltaica (solar), Correção de Fator de Potência, entre outros.

A EDP Brasil é uma holding comprometida com a excelência ESG (Environmental, Social and Governance) que visa as melhores práticas ambientais, sociais e de governança do nosso negócio. Acreditamos que as empresas podem atingir melhores resultados através do comprometimento com a proteção ambiental, a geração de impacto positivo na sociedade e mantendo uma forte estrutura de governança. Nesse aspecto, a EDP Brasil e suas subsidiárias buscam parceiros e clientes que compartilhem dos mesmos valores e que cultivem práticas sustentáveis em seus processos, atuando de forma ética e socialmente responsável.

Proposta Comercial de Compra e Venda de Energia Elétrica

Informações	
Comprador	COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
Vendedor	EDP SMART ENERGIA LTDA
Data da Proposta	24/09/2024
Data da Validade da Proposta	-
Período Suprimento	01/01/2025 - 31/12/2029
Qualificação	Indicativa
Modalidade Contratação	Varejista
Tipo Energia	Incentivada 50%
Submercado	Norte

Período		Volume	Unidade	Preço
01/01/2025	31/12/2025	[redacted]	MWm	R$ 329,00
01/01/2026	31/12/2026		MWm	R$ 276,00
01/01/2027	31/12/2027		MWm	R$ 262,00
01/01/2028	31/12/2028		MWm	R$ 251,00
01/01/2029	31/12/2029		MWm	R$ 249,00

Energia Elétrica Contratada	
Valor de Referência para Ressarcimento da TUSD/ TUST	R$ 30,00
Reajuste	Índice: IPCA

	Data Base: 01/09/2024
	Data do Primeiro Reajuste: 01/01/2025
	Data(s) demais Reajustes: 01/01/2026, 01/01/2027, 01/01/2028 e 01/01/2029.
Vencimento da Fatura	Vencimento: 6DU

Sugestão de contratação de Volume:

Flexibilidade e Modulação	
Flex	+100,00% / -100,00%
Modulação	Carga

Eventuais aumentos ou reduções de carga na unidade consumidora, deverão ser prontamente informadas à Vendedora.

Faturamento mensal:

Mensalmente, a Vendedora emitirá o faturamento com base na Energia Medida Ajustada. Entende-se como Energia Medida Ajustada: Energia Elétrica Consumida + Perdas (3%) – PROINFA

Utilização dos Montantes de Energia Elétrica Contratada:

Saldo anual de energia (Positivo): Em janeiro de cada ano, será realizado o balanço anual da contratação de energia elétrica. Caso o saldo de energia esteja abaixo da flexibilidade inferior contratada, esse montante de energia será comprado pela Vendedora, valorado ao PLD médio do mês de dezembro subtraído o prêmio de repactuação.

Saldo anual de energia (Negativo): Caso o saldo anual somado à flexibilidade superior seja integralmente consumido (“Consumo Integral”), o faturamento do volume excedente a flexibilidade superior exclusivamente referente ao mês em que o Consumo Integral ocorrer será realizado considerando a seguinte equação:

$$Volume\ excedente\ a\ flexibilidade\ superior * (PLD\ médio\ do\ mês\ em\ que\ ocorreu\ a\ ultrapassagem\ da\ flexibilidade\ superior + Prêmio\ de\ Venda)$$

A Compradora concorda que a Vendedora realizará o(s) faturamento(s) referente(s) ao(s) mês(es) subsequente(s) ao mês em que ocorreu o Consumo Integral, até o fim do período do Contrato em que ocorreu a ultrapassagem da flexibilidade superior, considerando os preços praticados por ela no mercado, considerando também ao preço de mercado os custos adicionais ao mercado varejista.

Prêmio de Repactuação: R$ 20,00/MWh (vinte reais por megawatt-hora).

Prêmio de Venda: R$ 60,00/MWh (sessenta reais por megawatt-hora).

Reajuste/Atualização do Preço da Energia: O preço deverá ser atualizado pela variação do IPCA ou índice que o substituir, entre a data base de 01/09/2024 e início do período de suprimento, sendo que após esta atualização, os reajustes de preço ocorrerão todos os meses de janeiro ao longo do contrato, conforme fórmula abaixo:

$$P_e = Preço * Maior\ (1, \frac{IPCA_1}{IPCA_0})$$

Legenda de reajuste:

- P_E= Preço a ser praticado para o período de suprimento, em R$/MWh;
- $Preço$ = Preço base definido no quadro acima;
- $IPCA_1$= Índice apurado no mês anterior ao mês de aplicação da atualização/reajuste;
- $IPCA_0$= Índice apurado no mês anterior ao da data base da proposta.

Impostos: O preço considerará incluso o PIS/PASEP e o Cofins, e excluso o ICMS.

Ressarcimento pela Perda de Desconto: A perda total do desconto de 50% na TUSD corresponde a R$30/MWh e a perda parcial desse desconto corresponderá à proporção desse valor, calculada conforme a fórmula abaixo:

Fórmula:

Condição de pagamento: 6DU do mês subsequente ao de suprimento. O não pagamento da fatura na data de seu vencimento acarretará em multa de 2,00 % e juros 1,00 % moratórios de ao mês, calculados desde a data vencimento da fatura até a data do pagamento.

Obrigações da Vendedora: A Vendedora se responsabiliza pelo lastro de energia, impactos na modulação da carga da unidade consumidora da Compradora, aportes financeiros junto à CCEE e pela liquidação financeira perante o agente bancário de liquidação e custódia das operações de energia.

Obrigações da Compradora:

- **Quanto ao processo de denúncia de contrato cativo à Distribuidora:** é obrigação da Compradora fornecer todas as informações necessárias à denúncia do CUSD/CCER, em até 195 dias antes do término da vigência do referido instrumento**.**

- **Quanto à adequação do sistema de medição:** é obrigação da Compradora atender aos prazos e normas estabelecidos pela Distribuidora de Energia Elétrica, bem como arcar com os custos diretos e indiretos oriundos do processo, quando aplicável, constituídos por:
  i. todas obrigações e responsabilidades descritas no Termo de Pactuação, que será assinado junto à Distribuidora;
  ii. adequação da cabine primária;
  iii. ensaio de transformador (se aplicável);
  iv. instalação de relé de proteção;
  v. elaboração de projeto elétrico da cabine e da unidade consumidora;
  vi. disponibilização de ponto de rede junto ao medidor.

- **Quanto ao processo de acréscimo de demanda:** é obrigação da Compradora atender aos prazos e normas estabelecidos pela Distribuidora, bem como arcar com os custos diretos e indiretos oriundos do processo, quando aplicável, constituídos por:
  i. contratação de mão de obra especializada;
  ii. ensaio de transformador;
  iii. troca de transformador;
  iv. diagrama unifilar da cabine;
  v. declaração de carga;
  vi. estudo de parametrização do relé;
  vii. ART de profissional habilitado.

Apuração de encargos setoriais: Serão de responsabilidade da VENDEDORA os Encargos Setoriais (EER, ESS, ESS-SE e ERCAP) que venham a ser definidos nos Procedimentos de Comercialização (PdC) como de responsabilidade do comercializador varejista, desde que os valores cobrados dos Encargos Setoriais (“Valor dos Encargos”) sejam inferiores a R$ 20,00/MWh, caso a média anual dos Valores dos Encargos seja igual ou superior a R$ 20,00/MWh, o valor será cobrado da compradora em janeiro do ano subsequente, sendo aplicado a seguinte equação:

$$Encargo\ Anual = \frac{\sum Custos\ encargos\ mês\ 1 + \cdots + Custo\ encargos\ mês\ 12)}{\sum Volume\ faturado\ mês\ 1 + \cdots + Volume\ faturado\ mês\ 12)}$$

Após apuração do Encargo Anual, é aplicada seguinte equação:

$$Ajuste\ Anual = (Encargo\ Anual - Encargo\ previamente\ estabelecido) * \sum Volume\ anual\ faturado$$

Por fim, o ajuste financeiro é feito da seguinte forma:

$$Faturamento\ Dezembro = (Volume\ Ajustado * Preço\ do\ Contrato\ Vigente) + Ajuste\ anual$$

Sendo:

- Ajuste Anual = Volume financeiro em R$, calculado pela diferença entre a média em R$/MWh dos encargos anuais e o encargo previamente estabelecido, multiplicado pelo volume anual;
- Encargo Anual = Valor médio apurado no referido ano, no determinado submercado em R$/MWh;

- Custo Encargos mês = Volume financeiro em R$, calculado pela CCEE para o submercado e perfil específico da Comercializadora, o custo total será rateado entre os pontos de determinado perfil de acordo com o consumo do(s) ponto(s) no determinado mês de aplicação;
- Volume faturado mês = Volume faturado em MWh; que consta na NF em determinado mês;
- Encargo previamente estabelecido: R$ 20/MWh;
- Volume anual faturado = Somatório do volume anual faturado em MWh;
- ESS = Encargo de Serviços do Sistema;
- EER = Encargo de Energia de Reserva;
- ESS – SE = Encargo de Serviços do Sistema por Segurança Energética;
- ERCAP: Encargo de Potência para Reserva de Capacidade.

Na hipótese em que o Contrato esteja no último ano de suprimento ou em caso de rescisão contratual, os Encargos do mês de dezembro, ou do mês em que ocorrer a rescisão de contrato, serão estimados e, em caso de cobrança, sendo verificado posteriormente que o Encargo calculado é maior que o verificado, a devolução dos valores será feita via nota de débito no mês posterior à divulgação do Encargo pela CCEE.

Confidencialidade: As informações contidas nesta Proposta são confidenciais, e não poderão ser repassadas a terceiros, cabendo o uso exclusivo ao destinatário e de relacionamento profissional formal entre as Partes.

Disposições Gerais: Proposta meramente indicativa. Havendo interesse, será formalizada uma proposta comercial firme.

Atenciosamente,

Marcelo Miguel Garisto
Gerente - EDP Comercialização Varejista Ltda.

Exponencial energia

PROPOSTA 0394/2024

PROPOSTA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA MODALIDADE VAREJISTA

DAS PARTES

REPRESENTADA: COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENERGIA	**CNPJ:** [redacted]
REPRESENTANTE: EXPONENCIAL ENERGIA LTDA	**CNPJ:** [redacted]

DO ESCOPO

Este Contrato de Adesão objetiva o fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a REPRESENTANTE atuará como Varejista na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) e será responsável pelo fornecimento de energia da REPRESENTADA.

UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA

UNIDADE	CNPJ	CARGA [%]
1	07.624.790/0001-25	100%

CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

FONTE: Fonte com direito a desconto de 50% na parcela sujeita a desconto do componente fio da TUSD/TUST
PONTO DE ENTREGA: Centro de Gravidade do Submercado Norte
VOLUME DE ENERGIA E PREÇO (em MWm):

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	PREÇO (R$/MWh)
2025	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	**R$351,54**
2026	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	**R$314,00**
2027	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	**R$302,00**
2028	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	**R$291,00**
2029	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	0,150	**R$286,00**

DATA BASE: set/24	**INDEXADOR:** IPCA
DATA DE PAGAMENTO: 5º Dia Útil do mês subsequente ao suprimento.	
FLEXIBILIDADE: +100% | -100%	
(Mediante a liberação de acesso a medição do SCDE, acrescida de até 3% de perdas menos cota do PROINFA).	
SAZONALIZAÇÃO: +Flat% | -Flat%	
(Sazonalização deverá ser informada até dia 20 de novembro do ano anterior ao consumo).	

1. DO FATURAMENTO

1.1. O faturamento será realizado até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao suprimento, tendo as Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) o vencimento conforme descrito no item CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.

1.2. Fica desde já certo e ajustado entre as Partes que sobre o **PREÇO** definido no item CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO e SPREADS DE DÉFICIT do AJUSTE DE FATURAMENTO, haverá a aplicação de reajuste conforme o **INDEXADOR** ou índice que vier a substituí-lo no início do fornecimento, considerando Data Base indicada no item "Preços", atualizando no primeiro período de entrega e posteriormente no primeiro dia de cada ano.

1.3. Caso o período de atualização seja inferior a 01 (um) ano, a REPRESENTADA se compromete a pagar o valor ajustado crescido de um valor equivalente ao **INDEXADOR** apurado, pro rata die, da data base até a data do reajuste.

2. DO AJUSTE DO FATURAMENTO

2.1. Caso a REPRESENTADA registre um consumo menor ou maior dos limites de flexibilidade sobre o volume sazonalizado de cada mês, a REPRESENTANTE realizará um ajuste no **PREÇO** do faturamento para o referido mês, aplicando os spreads de sobra e déficit respectivamente, sobre o valor médio do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), publicado pela CCEE, de acordo com a o desconto aplicado à fonte.

DESCONTO DA FONTE [%]	SPREAD DE SOBRA [R$ / MWh]	SPREAD DE DÉFICIT [R$ / MWh]
0%	-4,00	+ 4,00
50%	+ 20,00	+ 75,00
100%	+ 80,00	+ 210,00

3. DA TRANSIÇÃO DE FONTE

3.1. A REPRESENTADA poderá solicitar a alteração de fornecimento para a fonte pactuada contratualmente mediante a solicitação a REPRESENTANTE com prazo mínimo de 3 (três) meses de antecedência, desde que comprove a viabilidade econômica da operação à REPRESENTADA.

3.2. Para a troca de fonte serão acrescidos/decrescidos ao preço de faturamento, os seguintes valores de SWAP:

DESCONTO DA FONTE [%]	CUSTO SWAP [R$/ MWh]
0%	- R$ 30,00
100%	R$ 170,00

4. DA GARANTIA DE PAGAMENTO

4.1. Fica dispensada a COMPRADORA de apresentar Garantia Contratual, devendo a VENDEDORA realizar o Registro da Energia na CCEE diante da confirmação do pagamento.
4.2. Caso a COMPRADORA atrase o pagamento da fatura de energia em um período superior a 3 dias úteis, a contar da data de vencimento da fatura, será necessária a apresentação de Depósito Caução ou Carta Fiança referente a 1 (um) mês de faturamento para prosseguimento do contrato.
4.3. Para a opção de Carta Fiança devem ser obedecidos os seguintes critérios: (I) fazer referência expressa ao número do Contrato firmado entre as partes; (II) validade até o fim do período de fornecimento; (III) valor conforme parágrafo primeiro desta Cláusula, (IV) o documento deverá ser emitido por banco classificado com rating A- pela Fitch ou S&P e (V) apresentar renúncia expressa aos benefícios de ordem constante do art. 827, na forma do art. 828, e aos direitos previstos nos artigos 366, 834, 835, 837, 838 e 839 do Novo Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002), bem como em relação ao artigo 794 do CPC.

5. DOS TRIBUTOS

5.1. Sobre o PREÇO presente em CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO estão inclusos PIS/COFINS e não incluso o ICMS, que deverá ser incluso de acordo com o convênio de cada estado.
5.2. Em caso de alterações na legislação que alterem, criem ou excluam tributos ou encargos que sejam aplicáveis a comodity energia elétrica, a REPRESENTANTE alterará os preços, apresentando a justificativa e documentação comprobatória com 10 (dez) dias de antecedência.

6. DOS ENCARGOS

6.1. Estão inclusos no preço: o Resultado no Mercado de Curto Prazo (TM_MCP a,m), Encargos de Segurança do Sistema (ESS), Encargos de Energia de Reserva (EER) e Descolamento entre CMO e PLD.
6.2. Os valores referentes a demais encargos que venham a ser cobrados dos consumidores do SIN (Sistema Interligado Nacional) através da CCEE serão cobrados da REPRESENTADA via nota de débito acrescidos de impostos com prazo de vencimento de 5 (cinco) dias úteis conforme apuração através dos Relatórios da CCEE.

7. DA DEGRADAÇÃO DO DESCONTO

7.1. Caso seja fornecida energia com desconto aplicado a Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição/Transmissão (TUSD/TUST) e ocorra degradação ou redução por ação ou omissão da REPRESENTANTE, a mesma deverá ressarcir a REPRESENTADA conforme a fórmula abaixo:

$$Ress = RETUSD * [1 - D/(DESC)] * EC$$

Onde:
Ress: Ressarcimento no mês contratual, em R$ (Reais);
D: Desconto informado pela CCEE no mês contratual, em percentual;
DESC: Desconto na TUSD/TUST adquirido pela REPRESENTADA, em percentual;
EC: Energia contratada no mês contratual, em MWh (Megawatt-hora);
RETUSD: Ressarcimento proporcional ao desconto original: (i) 50%: R$ 30,00/MWh; (ii) 100%: R$ 70,00/MWh.
7.2. O ressarcimento será realizado através de nota de débito emitido contra a REPRESENTANTE a ser paga em até 10 (dez) dias úteis da validação da emissão.
7.3. Caso o desconto aplicado à Energia Contratada venha, a qualquer momento, a ser recalculado pela CCEE, a parte beneficiada pela diferença verificada ressarcirá a parte prejudicada em até 5 (cinco) dias úteis contados do envio da nota de débito pela parte prejudicada à parte beneficiada.

8. DA MIGRAÇÂO AO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

8.1. A REPRESENTADA será responsável pelos custos de adequação do Sistema de Medição e Faturamento (SMF), devendo garantir o atendimento das condições solicitadas pela distribuidora para cada unidade consumidora, dentro do prazo determinado no cronograma.
8.2. Caso ocorra atraso superior a 1 (um) mês no processo de migração por motivos não imputáveis à REPRESENTANTE, a REPRESENTADA deverá ressarcir a REPRESENTANTE por perdas e danos para cada mês de atraso, calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{PEN} = \text{MAIOR}\,(\text{EMC} * (\text{PC} - \text{PLDMM}))\,;\,0$$

Onde: PEN: Penalidade no MÊS CONTRATUAL, em R$;
EMC: ENERGIA MENSAL CONTRATADA, expressa em MWh;
PC: PREÇO DE FATURAMENTO MENSAL, em R$/MWh;
PLDMM: correspondente ao PLD médio do mês de referência, em R$/MWh
8.3. Incorrendo atraso no processo de migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), haverá o deslocamento temporal do início e fim de fornecimento pelo mesmo período, considerando as condições do item CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.

9. DA CONFIDENCIALIDADE

9.1. Todas as informações contidas nessa Proposta de Adesão, devem ser tratas como confidenciais.

9.2. Não se aplica o dever de confidencialidade em relação a informações divulgadas: (i) Sob o consentimento da outra Parte; e/ou (ii) em virtude de obrigações legais, inclusive em cumprimento de ordem judicial, arbitral, ou administrativa, em especial do MME, ANEEL, CCEE, ONS; e/ou previamente e que já tenham atingido o domínio público, salvo se por infração a esta Cláusula.

9.3. A não ser se pactuado de outra forma, os deveres de confidencialidade em relação as condições desta Proposta de Adesão ou quaisquer documentos que incorporem este Acordo Comercial de Transação perdurarão pelo prazo de 5 (cinco) anos após o cumprimento dos termos da Condição Comercial, contados da sua respectiva extinção ou rescisão.

9.4. A PARTE que infringir o dever de confidencialidade imposto pela presente Cláusula dará causa a rescisão do presente Contrato de Adesão, devendo ocorrer a outra PARTE conforme o item 12.3.

10. DO FORNECIMENTO INDETERMINADO

10.1. Caso a REPRESENTADA não notifique a REPRESENTANTE com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência do término do último período descrito neste CONTRATATO, o fornecimento referente aos meses subsequentes será calculado com base no PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) ou no índice que venha a substituí-lo, acrescido do SPREAD DE DÉFICIT da fonte de energia, reajustado a partir da Data Base, até que seja celebrado um novo contrato, alterado o representante na CCEE ou ocorra o desligamento da carga.

10.2. Se a REPRESENTADA for modelada na CCEE no perfil da REPRESENTANTE antes do início do fornecimento estipulado neste contrato, a energia consumida durante esse período será valorada com base no PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) ou no índice que venha a substituí-lo, acrescido do SPREAD DE DÉFICIT da fonte de energia, reajustado a partir da Data Base, até o início efetivo do fornecimento.

11. DEMAIS CONDIÇÕES

11.1. Sendo aceita, essa proposta torna-se válida e se constitui num pré-contrato, passando a ser irrevogável e irretratável, vinculando imediatamente as Partes segundo os termos e condições nela previstos, para todos os fins e efeitos de direito, tendo a REPRESENTADA um prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data de aceite deste instrumento para devolver à REPRESENTANTE o Compra e Venda de Energia Elétrica da Exponencial Energia devidamente assinado.

11.2. A REPRESENTADA declara estar ciente de que a não assinatura tempestiva do Contrato de Compra e Venda de Energia no prazo mencionado acima implicará a rescisão do Contrato com aplicação do previsto mais abaixo, no item 12.3.

11.3. Sem estar sujeita a qualquer penalidade, a REPRESENTANTE se reserva o direito de não assinar o Contrato de Compra e Venda de Energia associado a esta proposta caso a REPRESENTADA não a devolva conforme previsto no item 12.1.

12. VALIDADE E ACEITE DA PROPOSTA

12.1. Esta proposta é válida até às **18:00** horas do dia **28/09/2024**, devendo a REPRESENTADA após o seu 'De Acordo' abaixo e encaminhá-la à REPRESENTANTE dentro do prazo de validade. Caso não seja formalizada dentro do prazo supracitado, a REPRESENTANTE poderá à sua livre escolha, tornar inválida esta Proposta

12.2. A assinatura desta proposta constitui um pré-contrato, vinculando as PARTES à assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia, conforme art. 427 do Código Civil Brasileiro, ressalvada a situação que desobriga a REPRESENTANTE prevista no item 12.1.

12.3. A energia elétrica é uma commodity que está sujeita à volatilidade em seu preço de mercado e por ter a REPRESENTANTE que reservar quantidade de energia suficiente para atendimento da REPRESENTADA e por ser essa proposta um pré-contrato, em caso de não assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica a PARTE que der causa pagará à outra PARTE a somatória das seguintes penalidades:

a. Multa: em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor remanescente do Contrato, a ser obtido através da aplicação da seguinte fórmula:

$$Mres = 0{,}50 \; x \; PFn \; x \; ECMrem$$

Onde:

Mres = Multa por rescisão contratual.
PFn = Preço Fixo vigente no mês de ocorrência da rescisão.
ECMrem = Energia Contratada Mínima remanescente até o final do Período de Suprimento.

12.4. A REPRESENTADA reconhece que, ao aceitar esta Proposta, a REPRESENTANTE adquirirá energia para compor seu lastro e atender a esta demanda e que, portanto, a não formalização do Contrato irá gerar à REPRESENTANTE prejuízo financeiro e possíveis perdas e danos, os quais deverão ser ressarcidos pela REPRESENTADA, sem prejuízo da aplicação da multa acima estipulada.

b. Perdas e danos: calculadas de acordo com uma das seguintes fórmulas:

i. se a rescisão do Contrato ocorrer por motivo imputável à REPRESENTADA, as perdas e danos por ela devidas serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

ii.

$$Perdas\ e\ Danos\ =\ V\ x\ (Pc - Pr)$$

iii. se a rescisão do Contrato ocorrer por motivo imputável à REPRESENTANTE, as perdas e danos por ela devidas serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

iv.

$$Perdas\ e\ Danos\ =\ V\ x\ (Pr - Pc)$$

Onde:

V = significa o volume de Energia Contratada Mínima, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do Período de Suprimento, conforme os montantes estabelecidos no Anexo I ao presente Contrato. Na hipótese de rescisão deste Contrato antes do início do Período de Suprimento, será considerada como prazo remanescente a totalidade do Período de Suprimento.
Pc = significa o Preço Fixo vigente na data da rescisão.
Pr = corresponde ao preço da energia, em R$/MWh, a ser apurado pela Parte adimplente a partir da média dos preços obtidos junto às 3 (três) maiores comercializadoras de energia elétrica em operação no país (pelo critério de volume de energia comercializada) quando da data de rescisão do Contrato, excluídas aquelas que sejam parte ou integrem o grupo de qualquer das Partes, para fins de contratação de compra e venda de energia em quantidades e demais condições similares às deste Contrato (inclusive detalhes relativos a energia incentivada).

12.5. Caso o valor resultante da aplicação das fórmulas referidas na alínea (b) do item de Rescisão acima seja igual a zero ou negativo, as perdas e danos não serão devidas pela parte inadimplente, sendo devida apenas a multa referida na alínea (a) acima.
12.6. Esta proposta se sobrepõe a todas as demandas feitas pela REPRESENTADA em referência ao seu processo de aquisição de energia elétrica, inclusive aquelas contidas em edital. Dessa forma, a REPRESENTANTE não garante o atendimento das demandas que não fazem parte desta proposta, as quais poderão ser objeto de negociação oportuna.
12.7. A REPRESENTADA declara conhecer e assinar a minuta de Compra e Venda de Energia Elétrica da Exponencial Energia que será celebrado, enviada juntamente a proposta de adesão, cujos termos e condições constituem parte indissociável desta proposta, não sendo passível de alterações.
12.8. A REPRESENTADA reconhece e concorda que o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica a ser assinado com a REPRESENTANTE refletirá especificamente os termos e condições acordados nesta proposta não tendo qualquer relação com os termos e condições acordados em eventuais contratos firmados anteriormente entre as Partes.
12.9. Cada uma das PARTES declara e garante que está investida de todos os poderes e autoridade necessários para celebrar, vincular-se contratualmente e cumprir com todos os direitos e obrigações ora pactuados e que obteve todos os atos societários e demais medidas e autorizações relacionadas para autorizar a celebração e cumprimento deste Instrumento.

Exponencial energia

PROPOSTA 0394/2024

Pela COMPRADORA:

COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENERGIA, UC

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Data: _____/_____/_____

EXPONENCIAL ENERGIA LTDA
R. ANTÔNIO ALVES, 35-48
JARDIM AEROPORTO
BAURU - SP
mesa@exponencialenergia.com.br
www.exponencialenergia.com.br



COMANDO DO 2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Proposta Indicativa – PVI50533-25

terça-feira, 10 de setembro de 2024

Rio de Janeiro, terça-feira, 10 de setembro de 2024

A

COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Prezados,

Conforme solicitado, encaminhamos nossa proposta indicativa para venda de energia no mercado livre na modalidade varejista.

Colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas e agradecemos a oportunidade.

[redacted]

1. OBJETIVO

A presente proposta tem por objetivo apresentar as condições comerciais para venda de energia no mercado livre na modalidade varejista para a empresa **COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA.**

A presente proposta depende do implemento e manutenção das condições necessárias à comercialização varejista de energia elétrica, conforme estabelecido pela Aneel e pela CCEE, obrigando o **COMPRADOR** no limite das suas obrigações e responsabilidades legais e regulatórias, a alterar a modalidade tarifária do grupo B3 para o grupo AS e a realizar a modelagem do ponto de medição nos sistemas computacionais da CCEE .

A alteração da modalidade tarifária do grupo B3 para o grupo AS é fundamental para que o **COMPRADOR** realize a migração do mercado regulado para o mercado livre como consumidor varejista, pois conforme Portaria Normativa Nº 50/22, somente consumidores classificados no Grupo A poderão optar pela compra e venda de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

Portanto, a impossibilidade de alteração da modalidade tarifária B3 para AS ou qualquer outra inviabilidade técnica não acarretará a qualquer tempo e sob qualquer condição, vinculação desta proposta ou direito a ressarcimento ou indenização em favor da **COMPRADOR**.

Desta forma, a vinculação desta proposta e a assinatura do respectivo Contrato dependem da adequação técnica acima mencionada.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO

Por se tratar de uma empresa do Grupo Light, contamos com o apoio de um corpo de executivos e analistas qualificados, o que garante uma melhor adequação da proposta de energia ao comportamento de carga de seus clientes, bem como a expertise de uma empresa centenária no ramo de energia elétrica.

Além da energia firme de nossas usinas geradoras, buscamos parcerias com empresas capacitadas e renomadas para fornecimento de eventual complementação do volume negociado.



3. DADOS DO COMPRADOR

- **Razão social:** COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
- **CNPJ:** [redacted]

4. DADOS DO VENDEDOR

- **Razão Social:** LIGHTCOM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
- **CNPJ:** [redacted]
- **Endereço:** ROD NILO MAXIMO, S/N, SALA 1, CEP 12380-000.

5. PRODUTO

- **Tipo de energia:** Incentivada 50%
- **Ponto de Entrega:** Norte (N)
- **Período de suprimento e volume de energia:**

Período	Volume (MW Médio)
01/07/2025 a 31/12/2025	[redacted]
01/01/2026 a 31/12/2026	
01/01/2027 a 31/12/2027	
01/01/2028 a 31/12/2028	
01/01/2029 a 31/12/2029	

6. CONDIÇÕES GERAIS

- **Flexibilidade mensal**: Limites Flexibilidade de -100.00 % à 100.00 %
  - ✓ **Limite inferior de flexibilidade:** -100,00

[redacted]

- ✓ **Limite superior de flexibilidade:** +100,00

- ✓ A flexibilidade mensal, se aplicável, será baseada na energia medida ajustada, sendo acrescida de perdas de 3% da rede básica e descontada a parcela do PROINFA divulgada pela ANEEL/CCEE da unidade de consumo.

- **Modulação:** Modulado conforme a curva de carga

  - ✓ **Limites inferiores de modulação:**
    - **Leve:** -0,00
    - **Média:** -0,00
    - **Pesada:** -0,00
  - ✓ **Limites superiores de modulação:**
    - **Leve:** +0,00
    - **Média:** +0,00
    - **Pesada:** +0,00
  - ✓ Mensalmente, se aplicável, a energia contratada relativa ao mês contratual poderá ser modulada conforme os limites estabelecidos acima, não se responsabilizando a VENDEDORA por eventuais custos financeiros ou penalidades decorrentes desta modulação. A MODULAÇÃO deverá ser vinculada aos registros das medições informados pela COMPRADORA à VENDEDORA até o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao mês contratual de referência.

- **Sazonalização:** Não

  - ✓ **Limite inferior de sazonalização:** - (não informado)
  - ✓ **Limite superior de sazonalização:** + (não informado)

[redacted]

- ✓ Anualmente, a COMPRADORA poderá solicitar a SAZONALIZAÇÃO da energia contratada relativa a um ano contratual até o limite estabelecido acima, para mais ou para menos, desde que informada à VENDEDORA até o primeiro dia útil do mês de novembro do ano anterior ou até 30 (trinta) dias antes da data estabelecida para informação desta operação perante à CCEE, prevalecendo o que ocorrer antes, devendo, entretanto, ser mantido o volume anual da ENERGIA CONTRATADA referente ao ano contratual, em MWh.

7. PREÇO

Período	Preço (R$/MWh)
01/07/2025 a 31/12/2025	[redacted]
01/01/2026 a 31/12/2026	
01/01/2027 a 31/12/2027	
01/01/2028 a 31/12/2028	
01/01/2029 a 31/12/2029	

- **Reajuste:** IPCA
- **Data base:** 01/09/2024

- ✓ Se aplicável, os preços serão ajustados pela variação positiva acumulada do índice supramencionado, no início do período de suprimento e posteriormente em janeiro de cada ano.
- ✓ Caso o índice de reajuste no período de apuração seja negativo, o preço permanecerá sem alterações.
- ✓ O preço listado contém os custos com os encargos da CCEE para a modalidade varejista, limitados a R$ 45,00/MWh. Quaisquer outras taxas ou encargos a serem cobrados pela CCEE da COMPRADORA enquanto carga da VENDEDORA, que superem o valor de R$ 45,00 / MWh, serão reembolsados pela COMPRADORA à VENDEDORA.

[redacted]

8. PAGAMENTO

A fatura de energia deverá ser enviada pela VENDEDORA ao COMPRADOR até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao mês de fornecimento.

Sendo assim, o COMPRADOR deverá realizar o pagamento da fatura de energia da LIGHTCOM até o 6 dia útil do mês subsequente ao mês de fornecimento.

9. IMPOSTOS

Os preços ofertados incluem todos os impostos incidentes, à exceção do ICMS, de acordo com a legislação vigente na data de emissão deste termo de aceite de proposta.

Os preços serão revistos se durante o prazo de vigência contratual ocorrer a criação de novos tributos, extinção de tributos existentes ou alteração de alíquotas de impostos.

10. GARANTIA FINANCEIRA

A VENDEDORA isenta a COMPRADORA da apresentação de garantia.

11. RETUSD

A compensação, se aplicável, será quantificada considerando que a perda total do desconto de 50,00% (CINQUENTA POR CENTO) na TUSD corresponde a R$ 35,00/MWh (TRINTA E CINCO REAIS) e a perda parcial corresponderá à proporção desse valor, por meio da seguinte fórmula: (R$) = R$ 35,00 x (1 – (Desconto Verificado / Desconto Contratado)) x (ENERGIA CONTRATADA, em MWh).

12. GESTÃO VAREJISTA

Ao optar pela COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, o CLIENTE deverá modelar a carga para esse ambiente e cumprir todas as etapas administrativas, contando com a assessoria da LIGHTCOM.

O escopo da prestação de serviço varejista compreende o suporte comercial no processo de migração, a gestão mensal da contratação de energia elétrica e emissão de relatórios.



13. DA MARCA

13.1 A COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA poderá usar o nome da LIGHTCOM e respectiva marca registrada, logomarca ou nome comercial, como referência após a avaliação prévia e obtenção do consentimento por escrito para divulgação do material e exclusivamente para a finalidade autorizada pela LIGHTCOM.

13.2 A LIGHTCOM fica desde já autorizada a divulgar o nome comercial e logomarca da COMANDO DO 2 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA como cliente em material de divulgação e em toda e qualquer forma de comunicação, publicidade, distribuição, exposição e exibição junto ao público, durante a vigência deste contrato e após o seu término, para fins de divulgação de portifólio.

14. VALIDADE DA PROPOSTA

Proposta indicativa e estará sujeita à análise de crédito. Os preços e condições comerciais poderão sofrer alterações quando do envio da proposta firme.

IMPORTANTE

As informações contidas neste documento são confidenciais, destinadas ao uso exclusivo do destinatário e para relacionamento profissional entre as Partes.

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

COTAÇÃO DE COMPRA DE ENRGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIVRE

ITEM Único	Light (R$/MWh)	Exponencial Energia (R$/MWh)	CEMIG (R$/MWh)	EDP (R$/MWh)	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Valor utilizado	Valor orçado
	253,40	308,91	264,54	273,40	275,06	268,97	24,00	9%	**Média**	**275,06**
Empresa 1: LightCom Comercializadora de Energia S.A.										
Empresa 2: EXPONENCIAL ENERGIA LTDA										
Empresa 3 : CEMIG										
Empresa 4 : EDP – SMART ENERGIA LTDA										

[redacted]

COTAÇÃO PAINEL DE PREÇO

Compras.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
19/2025	160014	Rascunho	[redacted]

Título: Contratação de energia livre

Observações:

Total de itens cotados: 1

Valor total da pesquisa de preços: R$ 274,0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
27863 - Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Livre	UNIDADE	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 254,8300	R$ 277,4200	R$ 274,0000	Coeficiente de Variação: 6,0081% Desvio Padrão: 16,6676 Maior Preço: R$ 305,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3837	UNIDADE	R$ 291,3600	15/04/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1370	UNIDADE	R$ 270,0000	11/04/2025	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	156	UNIDADE	R$ 278,0000	03/04/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	156	UNIDADE	R$ 305,0000	03/04/2025	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2818	UNIDADE	R$ 254,8300	27/03/2025	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1654	UNIDADE	R$ 265,3300	27/03/2025	Sim

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 25/04/2025 09:41

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que

compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

COTAÇÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIVRE

METODOLOGIA / ITEM Único	FORNECEDOR [3]	CONTRATAÇÕES ANTERIORES [2]	PAINEL [1]	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Valor utilizado [1 e 4]	Valor orçado
Fornecimento de energia	[redacted]								

Legenda:
1 – Conforme Art. 5º inciso I da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021
2 – Conforme Art. 5º inciso II da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021
3 – Conforme Art. 5º inciso IV da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021
4 – Conforme Art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021

[redacted]
Membro da equipe de planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Controladoria Geral/1848)

[redacted]

Nota Técnica n° 11/APG/SSEF/SEF **Brasília-DF, 20 de fevereiro de 202**

EB: 64689.001143/2025-96

1. EMENTA

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ÂMBITO DO COMANDO DO EXÉRCITO.

2. FINALIDADE

A presente Nota Técnica tem por finalidade regular os procedimentos para contratação de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (Mercado Livre de Energia) no âmbito do Comando do Exército.

Essa Nota Técnica não se aplica à contratação de energia elétrica pelas Unidades Gestoras para as Unidades Consumidoras (UC) atendidas em baixa tensão (conectadas ou não ao Sistema Interligado Nacional – SIN) nem para as Unidades Consumidoras de média e alta tensão não conectadas ao SIN, observado o disposto em legislação específica.

3. LEGISLAÇÃO

a. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988);**

b. **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC), que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial União nº 61-F/2021**;

c. **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, que regulamenta os art. 82 a art. 86, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial União nº 63-C/2023**;

d. **Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022**, que regulamenta o inciso VII, do caput, do art. 12, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial União nº 18/2022**;

[redacted]

e. **Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021**, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. **Diário Oficial União nº 238/2021**;

f. **Portaria Normativa MME nº 50, de 27 de setembro de 2022**, que define o limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores de que trata o § 3º, do art. 15, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. **Diário Oficial União nº 185/2022**;

g. **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023 (Revoga a Portaria SEGES/MGI nº 720, de 15 de março de 2023) - alterada pela Portaria SEGES/MGI nº 4.932, de 30 de agosto de 2023 e pela Portaria SEGES/MGI nº 9.598, de 17 de dezembro de 2024,** que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191, da Lei º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial União nº 243/2024**;

h. **Portaria nº 295-EME, de 17 de dezembro de 2014**, que aprova a Diretriz de Racionalização do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 01/2015**;

i. **Portaria EME/C Ex nº 708, de 20 de abril de 2022**, que nomeia os gestores responsáveis pelas Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários do Comando do Exército constantes da Lei Orçamentária Anual e define suas atribuições. **Boletim do Exército nº 17/2022**;

j. **Portaria – EME/C Ex nº 1.445, de 2 de dezembro de 2024**, que altera o Anexo à Portaria – EME/C Ex nº 708, de 20 de abril de 2022, que nomeia os gestores responsáveis pelas Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários do Comando do Exército constantes da Lei Orçamentária Anual e define suas atribuições. **Boletim do Exército nº 49/2024**;

k. **Portaria do C Ex nº 2.334, de 1º de outubro de 2024**, que dispõe sobre instâncias de governança para celebração ou prorrogação de contratos no âmbito do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 41/2024**;

l. **Plano Estratégico do Exército 2024 - 2027 – PEEx**;

m. **Diretriz do Comandante do Exército 2023 – 2026. Boletim do Exército nº 51/2023.**

n. **Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira 2025/2026, do Cmt Ex**; e

o. **Cartilha do Consumidor Livre de Energia**. São Paulo. Edição nº 1, 2023. Disponível em https://abraceel.com.br/.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Alinhado ao **Objetivo Estratégico do Exército nº 11 - APERFEIÇOAR O SISTEMA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO**, no contexto do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), no **Plano Estratégico do Exército 2024-2027**, contemplando a iniciativa no âmbito da Estratégia "**11.1 Aperfeiçoamento da governança e da gestão do Sistema de Economia e Finanças**", vinculada à Ação Estratégica "11.1.2 **Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e contábil**", com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade da execução orçamentária.

5. PREMISSAS

a. O volume de recursos alocados ao Orçamento do Exército permanece praticamente inalterado nos últimos anos.

b. O regime fiscal do teto de gastos limitou o atendimento de diversas despesas, com reflexos no avanço dos programas estratégicos, na capacidade operativa e no funcionamento das organizações militares (OM).

c. Os bloqueios, contingenciamentos ou cortes aplicados ao longo da execução orçamentária, como ferramentas de controle perante a reavaliação bimestral das receitas e despesas da União, dificultam a governança e a gestão dos recursos no Exército.

[redacted]

e. Pode-se verificar que órgãos públicos e empresas privadas vêm adotando uma série de medidas visando diminuir as despesas de custeio, referentes a racionalização de energia elétrica, buscando utilizar fontes limpas, sustentáveis, renováveis e viáveis economicamente.

f. A participação no Programa de Eficiência Energética (PEE), estabelecido pela Lei nº 9.991/2000 e conduzido pela ANEEL e pelas concessionárias de energia, constitui-se em uma oportunidade de melhoria da eficiência energética das UG, impactando na redução do consumo de energia elétrica e, consequentemente, nas despesas de custeio com esse serviço essencial.

g. O advento das seguintes Leis, Resoluções, Portarias e Decretos, bem como dos prazos neles estipulados, exige a orientação das Unidades Gestoras Executoras do Exército Brasileiro quanto à contratação de energia elétrica, visando à escolha **mais vantajosa e segura,** bem como aquela que apresentará melhor efetividade na utilização do recurso disponibilizado:

1) Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contrato - NLLC), da Lei nº 9.074/1995 (Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências);

2) Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023 (Revoga a Portaria SEGES/MGI nº 720, de 15 de março de 2023) e alterada pela Portaria SEGES/MGI nº 4.932, de 30 de agosto de 2023 e pela Portaria SEGES/MGI nº 9.598, de 17 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191, da Lei º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

3) Portaria Normativa MME nº 50/2022 (Permite que os consumidores tenham liberdade de escolha e melhores preços);

4) Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414,

de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; e nº 901, de 8 de dezembro de 2020); e

5) Decreto nº 8.540/2015 (Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos).

[redacted]

6. DEFINIÇÕES/CONCEITOS

Para os fins desta Nota Técnica, considera-se que:

a. **ambiente de contratação livre (ACL)**: é o ambiente formado pelos consumidores potencialmente livres, compostas pelas Unidades Consumidoras de média e alta tensão (Grupo A) conectadas ao Sistema Interligado Nacional SIN, também conhecido como Mercado Livre de Energia (MLE);

b. **ambiente de contratação regulado (ACR)**: é o ambiente onde estão os consumidores cativos, constituídos por Unidades Consumidoras (UC) de baixa tensão e por Unidades Consumidoras de média e alta tensão não conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN);

c. **bandeiras tarifárias**: sistema que tem como finalidade sinalizar os custos atuais da geração de energia elétrica ao consumidor por meio da tarifa de energia;

d. **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**: criada pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto Nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no mercado de energia brasileiro. A CCEE efetua a contabilização e a liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo. As Regras e os Procedimentos de Comercialização que regulam as atividades realizadas na CCEE são aprovados pela ANEEL;

e. **central geradora**: agente concessionário, autorizado ou registrado de geração de energia elétrica;

f. **comercializadora de energia**: é uma empresa que atua na atividade concorrencial de compra e venda de energia elétrica. A energia negociada pela comercializadora continua sendo transportada pelas redes de distribuição, administradas pelas distribuidoras de energia, até ser entregue aos consumidores finais;

g. **concessionária**: agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica, de agora em diante denominado distribuidora;

h. **consumidor**: pessoa física ou jurídica que solicite o fornecimento do serviço à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes desta prestação à sua unidade consumidora;

i. **consumidor livre**: consumidor, atendido em qualquer tensão, que tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições estabelecidas no art. 15 e no art. 16, ambos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

[redacted]

j. **consumidor potencialmente livre**: consumidor que cumpre as condições estabelecidas para tornar-se livre, mas é atendido de forma regulada;

k. **demanda**: média das potências elétricas ativas ou reativas, injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição durante um intervalo de tempo especificado;

l. **demanda contratada**: demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela distribuidora no ponto de conexão, conforme valor e período de vigência fixados em contrato, em kW (quilowatts);

m. **demanda medida**: maior demanda de potência ativa injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição pela carga ou geração, verificada por medição e integralizada em intervalos de 15 (quinze) minutos, durante o período de faturamento, em kW (quilowatts);

n. **distribuidora**: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;

o. **energia elétrica ativa**: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, em kWh (quilowatts-hora);

p. **energia elétrica reativa**: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada sem produzir trabalho, em kVAr (quilovolt-ampère-reativo-hora);

q. **fator de carga**: razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora, ocorridas no mesmo intervalo de tempo;

r. **fator de potência**: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas em um mesmo período;

s. **fatura**: documento emitido pela distribuidora com a quantia monetária total a ser paga pelo consumidor e demais usuários pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica e por outros serviços e atividades, função que pode ser cumprida pelo documento fiscal denominado "Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica";

t. **fontes de geração de energia incentivada**: pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, eólica e solar;

u. **grupo A**: grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão maior ou igual a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão menor que 2,3 kV, e subdividido nos seguintes subgrupos:

1) subgrupo A1: tensão de conexão maior ou igual a 230 kV;

2) subgrupo A2: tensão de conexão maior ou igual a 88 kV e menor ou igual a 138 kV;

3) subgrupo A3: tensão de conexão igual a 69 kV;

4) subgrupo A3a: tensão de conexão maior ou igual a 30 kV e menor ou igual a 44 kV;

5) subgrupo A4: tensão de conexão maior ou igual a 2,3 kV e menor ou igual a 25 kV; e

6) subgrupo AS: tensão de conexão menor que 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição;

v. **grupo B**: grupamento composto de unidades consumidoras com conexão em tensão menor que 2,3 kV e subdividido nos seguintes subgrupos:

1) subgrupo B1: residencial;

2) subgrupo B2: rural;

3) subgrupo B3: demais classes; e

4) subgrupo B4: iluminação pública;

w. **infraestrutura local**: infraestrutura necessária à administração e operação da central geradora, tais como sistemas e edificações diversos (almoxarifado, oficinas, iluminação externa etc.), não incluindo serviços auxiliares;

x. **medição**: processo realizado por equipamento que possibilite a quantificação e o registro de grandezas elétricas associadas ao consumo ou geração de energia elétrica e à potência ativa ou reativa, caso aplicável;

y. **mercado livre de energia**: representa uma modalidade na qual os consumidores podem negociar livremente a energia elétrica com os fornecedores, escolhendo produtos e serviços mais aderentes às demandas individuais de cada um;

z. **modalidade tarifária**: conjunto de tarifas aplicáveis às componentes de consumo de energia elétrica e demanda;

aa. **permissionária**: agente titular de permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica, doravante denominado distribuidora;

ab. **ponto de conexão**: conjunto de materiais e equipamentos que se destina a estabelecer a conexão entre as instalações da distribuidora e do consumidor e demais usuários;

ac. **posto tarifário**: período em horas para aplicação das tarifas de forma diferenciada ao longo do dia, considerando a seguinte divisão:

1) posto tarifário ponta: período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão ou permissão, não se aplicando aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi e aos feriados nacionais dos dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro;

2) posto tarifário intermediário: período de 2 (duas) horas, sendo 1 (uma) hora imediatamente anterior e outra imediatamente posterior ao horário de ponta, aplicado apenas para o grupo B; e

3) posto tarifário fora de ponta: período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas nos postos ponta e, para o grupo B, intermediário;

ad. **potência ativa**: quantidade de energia elétrica solicitada por unidade de tempo, em kW (quilowatts);

ae. **sistema de medição para faturamento**: sistema composto por medidor principal, demais equipamentos necessários para a realização da medição para faturamento e, casos existentes, medidor de retaguarda, transformadores para instrumentos (transformadores de potencial e de corrente), canais de comunicação e sistemas de coleta de dados;

af. **subestação**: parte do sistema de potência que compreende os dispositivos de manobra, controle, proteção, transformação e demais equipamentos, condutores e acessórios, abrangendo as obras civis e estruturas de montagem;

ag. **submercado**: existem 4 (quatro) submercados de energia no Brasil: Sudeste/Centro Oeste, Sul, Nordeste e o Norte, sendo:

1) Sudeste/Centro Oeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre;

2) Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

3) Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe;

4) Norte: Maranhão, Tocantins, Pará, Amapá e Amazonas; e

5) o estado de Roraima é o único que ainda não faz parte do submercado de energia do Brasil e, atualmente, o abastecimento de energia elétrica da região vem da Venezuela. Mas já existem iniciativas para integrá-lo ao mapa brasileiro;

ah. **tarifa**: valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em R$ (Reais) por unidade de energia elétrica ou de demanda de potência, sendo:

1) tarifa de energia (TE): valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R$/MWh (reais por megawatt-hora), utilizado para o faturamento mensal do consumo de energia; e

2) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD): valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R$/MWh (reais por megawatt-hora) ou em R$/kW (reais por quilowatt), utilizado para o faturamento mensal do consumidor e demais usuários do sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema;

ai. **unidade consumidora**: conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores, acessórios e, no caso de conexão em tensão maior ou igual a 2,3 kV, a subestação, sendo caracterizado por:

1) recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de conexão;

2) medição individualizada;

3) pertencente a um único consumidor; e

4) localizado em um mesmo imóvel ou em imóveis contíguos;

aj. **usuário**: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, do serviço público de distribuição de energia elétrica, a exemplo de consumidor, gerador, produtor independente, autoprodutor, outra distribuidora e agente importador ou exportador.

7. ESPECIFICIDADES DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

O mercado de energia no Brasil está dividido em Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e em Ambiente de Contratação Livre (ACL), também conhecido como Mercado Livre de Energia (MLE).

O MLE consolida-se como uma forma potencial de economia e um meio seguro e confiável de adquirir energia elétrica por um valor livremente negociável.

Dentro de uma cadeia produtiva, todos os insumos devem ser objeto de negociação, e a energia elétrica não deve ser diferente. A principal vantagem nesse ambiente é a possibilidade de o consumidor escolher, entre os diversos tipos de contratos, aquele que melhor atenda às suas expectativas de custo e benefício.

O consumidor, por exemplo, pode objetivar a redução de despesas e a sustentabilidade ambiental pela exigência que a energia fornecida seja proveniente de fontes de energia incentivadas.

7.1. Fatura

A fatura de energia para Unidades Consumidora do Grupo A é composta da tarifa de energia (**TE**), da tarifa de uso do sistema de distribuição (**TUSD**) e dos encargos (ICMS, PIS/COFIS e iluminação pública). Os consumidores cativos são aqueles que necessariamente compram a energia das concessionárias de distribuição às quais estão interligados. Cada UC está atrelada a uma única fatura de energia por mês, incluindo o fornecimento da energia (TE), o serviço de distribuição (TUSD) e os encargos. As tarifas de energia elétrica são reguladas pelo Governo, por meio de resoluções homologatórias anuais da ANEEL.

Os consumidores potencialmente livres no ACL, também conhecido como MLE, podem comprar energia diretamente dos geradores, autoprodutores, produtores independentes e/ou comercializadores, por meio de contratos bilaterais com condições livremente negociadas, como preço, prazo, volume etc. Cada consumidor paga uma fatura referente ao serviço exclusivo de distribuição para a concessionária local (TUSD) e uma ou mais faturas referentes à compra da energia (que substitui a TE), por intermédio do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre (CCEAL), com preços negociados livremente entre consumidor e gerador, se na modalidade atacadista, ou entre o consumidor e o comercializador/gerador, se na modalidade varejista.

7.2. Modelo de Comercialização da Energia

O modelo de comercialização a ser adotado pelo Exército Brasileiro é o varejista, uma vez que reduz burocracias, o cadastro do consumidor é simplificado e o cumprimento das obrigações junto à CCEE fica a cargo do comercializador varejista, facilitando a migração do consumidor ao mercado livre.

O modelo de contrato comercialização como varejista proporciona as seguintes facilidades:

a. comprar e vender energia de acordo com as necessidades do consumidor;

b. desenvolver novos produtos e oferecer novidades;

c. prestar informações para a CCEE em nome do consumidor;

d. assumir responsabilidades burocráticas dos consumidores;

e. recolher contribuições e taxas específicas para serviços da CCEE;

f. responder solicitações de informações da CCEE;

g. adotar medidas sobre medição, contabilização e liquidação financeira;

h. realizar pagamento de encargos existentes no setor elétrico; e

i. assumir possíveis penalidades.

[redacted]

7.3. Benefícios

Com a migração para o Mercado Livre de Energia pode-se alcançar os seguintes benefícios:

a. previsibilidade

1) o consumidor pode fechar um contrato para os próximos anos, estabelecendo uma forma de reajuste;

2) em relação aos custos de energia elétrica, é relevante para os consumidores que precisam orçar esses custos;

3) os riscos associados a mudanças repentinas que acontecem nas revisões de tarifas de energia, não são necessariamente percebidos pelos consumidores do mercado livre, pois os preços podem estar previamente definidos no horizonte do contrato; e

4) o consumidor livre não paga pelas bandeiras tarifárias.

b. sustentabilidade

- o consumidor de energia elétrica conseguirá adquirir energia 100% (cem por cento) limpa e renovável, escolhendo exatamente a fonte de geração que de seja, aspecto fundamental no cenário de transição energética global.

c. competitividade

1) a permanente concorrência entre geradores e comercializadores pelo atendimento aos consumidores torna o mercado livre mais competitivo, reduzindo preços e promovendo aumento da eficiência;

2) o mercado livre, também, estimula a inovação em relação aos produtos e serviços disponibilizados; e

3) possibilita uma diminuição nos gastos com eletricidade.

d. flexibilidade

- todas as condições de contratação de energia são negociadas livremente entre o consumidor e o fornecedor, como preços e quantidades que variam de acordo com a época do ano.

[redacted]

8. PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

a. Somente a partir de **1º de janeiro de 2024**, as OM, consumidoras potencialmente livres do Exército Brasileiro, puderam migrar para o ACL;

b. O Exército Brasileiro (EB) é composto por 662 (seiscentas e sessenta e duas) OM, das quais 392 (trezentas e noventa e duas) são UG com autonomia administrativa, que possuem, aproxima-

damente, 490 (quatrocentos e noventa) UC do Grupo A (média e alta tensão), conectadas ao Sistema Interligado Nacional SIN;

c. Ante a capilaridade da Força Terrestre, houve a necessidade de se buscar uma solução que viabilizasse o ganho em escala, diminuindo o gasto processual, otimizando o tempo para as contratações e contribuindo para a migração do Ambiente de Contratação Regulado (cativo) para o Ambiente de Contratação Livre (MLE) com vantajosidade e segurança, mitigando eventuais riscos. Desta forma, verificou-se a necessidade de agrupar as UC do Grupo A, interligada ao Sistema Integrado Nacional (SIN) dentro de cada Comando Militar de Área e submercados. Nesse contexto, o processo de contratação para migração para o MLE por meio de pregão eletrônico, por Sistema de Registro de Preços (SRP), no momento, tornou-se uma solução adequada, vantajosa e segura;

d. Excepcionalmente, o processo de contratação para migração ao MLE poderá ser realizado, por meio de pregão eletrônico, por sistema de preços praticado (SPP);

e. Destaca-se a importância da governança dos Comandos Militares de Área e ODS definindo o modelo de contratação para migração para o MLE de suas OM subordinadas/vinculadas, tendo vista a necessidade de se definir a linha de ação (centralização da licitação, por G Cmdo/GU e/ou por Guarnição ou descentralização por UG) para se iniciar o processo de migração de suas UG;

f. A Diretoria de Gestão Orçamentária elaborou os documentos apresentados anexos com base nos modelos mais recentes disponibilizados pela Advocacia-Geral da União, bem como em certames bem-sucedidos relacionados a este objeto de licitação. A iniciativa tem como finalidade otimizar o trabalho dos C Mil A/ODS, oferecendo um referencial que poderá ser utilizado tanto pelas Unidades Gestoras Gerenciadoras no processo de licitação quanto pelas Unidades Gestoras participantes, permitindo a devida adaptação às especificidades de cada caso;

g. Não obstante, há necessidade de que todos os documentos elaborados sejam submetidos à análise jurídica prévia, conforme estabelecido no Art. 53, da Lei nº 14.133/2021, a fim de assegurar a conformidade legal e a mitigação de eventuais riscos jurídicos no processo licitatório. Essa análise é indispensável para garantir a segurança e a eficiência das contratações realizadas, promovendo alinhamento com os princípios da administração pública;

h. Os usuários submetidos à Lei nº 14.133/2021 deverão fazer constar cláusulas adicionais conforme termos do Art. 132, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021; e

i. A implementação do modelo padronizado promove maior segurança jurídica, agilidade, redução de custos operacionais e ganho de eficiência nas contratações, possibilitando a obtenção de resultados dentro do cronograma de migração constante do anexo I.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS

O planejamento para contratação de energia elétrica deverá ser realizado em todos os níveis, envolvendo a Alta Administração do Exército, com a finalidade de realizar a gestão eficiente e efetiva com o gasto público de despesas de custeio com energia elétrica.

9.1. Órgãos de Direção Setorial (ODS):

a. conscientizar suas OMDS e OMV quanto à otimização dos processos para a migração para o MLE, a fim de cumprir a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira, do Cmt Ex, em vigor;

b. envidar esforços para que todas as UGE possuidoras de Unidades Consumidoras (UC) potencialmente livres migrem para Mercado Livre de Energia até 1º de janeiro de 2026;

c. apoiar com recursos humanos nas áreas administrativa e técnica de engenharia, quando for o caso;

d. orientar suas OMDS e OMV que o processo licitatório para migração ao MLE seja o mais centralizado possível, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), visando otimização processual e o ganho em escala, e que esteja concluído até JUNHO/2025; e

e. acompanhar e informar à SEF o andamento do processo de migração de suas OMDS.

9.2. Comando Militar de Área:

a. conscientizar suas OMDS e OMV quanto à otimização dos processos para a migração para o MLE, a fim de cumprir a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira, do Cmt Ex, em vigor;

b. orientar suas OMDS e OMV (em coordenação com os ODS) quanto à disponibilização tempestiva dos dados de todas as suas respectivas Unidades Consumidoras (quantidade de Unidades Consumidoras, concessionária, tensão de fornecimento, modalidade tarifária, demanda contratada e histórico de consumo, de demanda e de fatura), seguindo as orientações dos respectivos canais técnicos (SEF/DEC);

c. fazer com que as OMDS e as OMV cumpram os calendários de migração para que as UGE possuidoras de Unidades Consumidoras (UC) potencialmente livres migrem para Mercado Livre de Energia;

d. designar um gerente, preferencialmente do C Mil A, para acompanhar a migração;

e. orientar suas OMDS e OMV que o processo licitatório para migração ao MLE seja o mais centralizado possível, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), visando otimização processual e o ganho em escala, e que esteja concluído até **junho de 2025**;

f. indicar a Unidade Gestora Gerenciadora (UGG) para conduzir o processo licitatório centralizado, se for adotada esta linha de ação; e

g. acompanhar e informar à SEF o andamento do processo de migração das OMDS e OMV.

9.3. Região Militar:

a. conscientizar suas OMDS e OMV quanto à otimização dos processos para a migração para o MLE, a fim de cumprir a Diretriz Especial de Gestão Orçamentária e Financeira, do Cmt Ex, em vigor;

b. orientar suas OMDS e OMV quanto à disponibilização tempestiva dos dados de todas as suas respectivas Unidades Consumidoras (quantidade de Unidades Consumidoras, concessionária, tensão de fornecimento, modalidade tarifária, demanda contratada e histórico de consumo, de demanda e de fatura), seguindo as orientações de seus respectivos canais técnicos (SEF/DEC);

c. fazer com que as OMDS e as OMV cumpram os calendários de migração para que as UGE possuidoras de Unidades Consumidoras (UC) potencialmente livres migrem para Mercado Livre de Energia;

d. orientar que o processo licitatório para migração ao MLE seja o mais centralizado possível, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), visando otimização processual e o ganho em escala, e que esteja concluído até **junho de 2025**;

e. caso seja indicada como Unidade Gestora Gerenciadora (UGG), conduzir o processo licitatório com sua conclusão prevista para o final do mês de **junho de 2025**; e

f. acompanhar e informar à SEF o andamento do processo de migração das OMDS e OMV.

9.4. Unidades Gestoras:

a. fornecer os dados a serem solicitados com oportunidade;

b. receber a PRO do ODS gestores da Ação Orçamentária;

c. cumprir as orientações e o calendário constante do anexo;

d. conduzir ou participar do processo licitatório, conforme determinado pelo escalão superior; e

e. atentar, após o término do processo licitatório, para a assinatura dos contratos quanto os valores dos contratos a serem celebrados ou prorrogados, de acordo com a Portaria do C Ex nº 2.334, de 1º de outubro de 2024.

10. PRESCRIÇÕES FINAIS

Os casos não previstos nestas Normas serão resolvidos pela Secretaria de Economia e Finanças.

11. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e em face das peculiaridades existentes para a contratação de energia elétrica em âmbito do Comando do Exército, faz-se necessária a observância dos aspectos elencados na presente Nota Técnica, de forma que cada Unidade Gestora (UG) realize os estudos necessários para decidir criteriosamente quanto à migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. ANEXOS

ANEXO I - CALENDÁRIO GERAL; e

ANEXO II – MODELOS DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO NO MLE, POR SRP.

Este é o assessoramento:

[redacted]

Asse DGO/SEF

Concordo com o assessoramento:

[redacted]

Ch APG 2/SEF

13. PARECER DO CHEFE DA APG/SEF

Diante do exposto e apreciado nesta Nota Técnica, resolvo concordar com o parecerista, de acordo com a legislação em vigor.

[redacted]

Ch APG/SEF

14. PARECER DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Concordo com o parecer emitido pela Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria de Economia e Finanças. Encaminhe-se ao Secretário de Economia e Finanças para aprovação final.

[redacted]

Subsecretário de Economia e Finanças

15. DECISÃO DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Acato os pareceres técnicos emitidos na presente Nota Técnica.

Seja a presente Nota Técnica encaminhada ao Órgão de Direção Geral (ODG), aos Órgãos de Direção Setorial (ODS), aos Comandos Militares de Área e às Organizações Militares Diretamente Subordinadas à SEF, para conhecimento e providências julgadas cabíveis.

[redacted]

Secretário de Economia e Finanças

ANEXO I - CALENDÁRIO GERAL

ANO	PRAZO	EVENTOS	ATRIBUIÇÃO
2025	Até 28 FEV	- Fornecer os dados técnicos necessários à elaboração dos EVTEA (Megawatt médio e estimativa de custo para adequação das cabines de medição).	SEEx[a]
		- Disponibilizar modelos no site DGO.	SEF[b]
	até 30 MAR	- Elaborar os EVTEA com base nos dados técnicos fornecidos pelo SEEx.	Comandos Militares de Área/RM/UG
		- Definir o modelo de contratação (SRP[d] ou SPP[e]), bem como as UGG, UGP e o gerente[f].	Comandos Militares de Área
		- Retificar/ratificar o levantamento das UC e os respectivos consumos.	SEF[b]/ SEEx[a]/RM/UG
		- Customizar modelos disponibilizados site DGO.	UG
	Até 30 ABR	- Início da licitação - fase preparatória (interna). - Acompanhar a migração e informar a SEF[c].	Comandos Militares de Área/RM/CGCFEx/UG
	Até 30 MAIO	- Fase externa. - Acompanhar a migração e informar a SEF[c].	Comandos Militares de Área/RM/CGCFEx/UG
	Até 30 JUN	- Pronto da licitação com a assinatura do contrato. - Acompanhar a migração e informar a SEF[c].	Comandos Militares de Área/RM/CGCFEx/UG
		- Emissão do Termo de Denúncia. - Acompanhar a migração e informar a SEF[c].	Comandos Militares de Área/RM/CGCFEx/UG
	Até 30 DEZ	- Conclusão do processo de migração. - Acompanhar a migração e informar a SEF[c].	Comandos Militares de Área/RM/CGCFEx/UG
2026	A partir de 1º JAN	- Início de vigência dos contratos migrados para o MLE.	UG

Observações:

[a] SEEx (DOM/Gpt E/CRO/SRO);

[b] SEF (DGO);

[c] Todos - ODS/Comandos Militares de Área/RM/CGCFEx/UG;

[d] SRP - Sistema de Registro de Preços;

[e] SPP - Sistema de Preços Praticados; e

[f] Gerente - designado pelo Comando Militar de Área.

ANEXO II – MODELO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO NO MLE, POR SRP

1 - Minuta de Edital MLE;

2 - Apêndice I – Termo de Referência (TR);

3 - Apêndice II – Termo de Contrato;

4 - Apêndice III – Ata de Registro de Preços;

5 - Apêndice IV – Minuta de Instrumento de Medição do Resultado;

6 - Apêndice V - Orientações para Elaboração da Proposta;

7 - Apêndice VI – Modelo de Proposta;

8 - Apêndice VII – Minuta de Atestado de Visita;

9 - Apêndice VIII – Minuta de Declaração de Conhecimento do objeto;

10 - Adendo ao apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;

11 - Adendo I ao ETP – Distribuição da Energia;

12 - Adendo II ao ETP – Modelo de Relatório de Pesquisa de Preços;

13 - Adendo III ao ETP – Minuta de Mapa de Riscos;

14 - Minuta de Documento de Formalização de Demanda;

15 - Modelo Termo/Carta de Denúncia; e

16 - Modelo Procuração para vencedor do certame licitatório.

APÊNDICE XXII - DADOS DAS UC

Instalação atendida pela UC	CNPJ	Nº da UG da OM	Há usina fotovoltaica /previsão de usina?	Qual a potência da Usina Fotovoltaica? (kWp)	MW médio	MW médio [Flexibilidade superior] (+100%)	MWh médio/ano	Quantidade em MWh [Flexibilidade inferior] (-100%)	Quantidade em MWh [Flexibilidade superior] (+100%)	Demanda a ser contratada
CECMA	09.580.252/0001-01	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1586 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Hotel de Trânsito de ST/Sgt (HTS)	09.633.335/0002-00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0365 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Hotel de Trânsito de Oficiais (HTO)	09.633.335/0001-11	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0569 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
29ª CSM (CSPFA)	09.633.335/0001-11	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0283 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Cmdo 12ªRM	09.633.335/0001-11	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1500 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
7º BPE	10.207.029.0001/00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1374 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
1º B Com GE Sl	10.207.029/0001-00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1345 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
4º CGEO	09.539.549/0001-23	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1044 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
4º CTA	10.207.029.0001/00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1048 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
CENTRO	09.597.251/0001-70	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0293 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
3ª Cia F Esp	10.207.029.0001/00	[redacted]	Sim	115,5	[redacted]	0,0921 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
12º GAAAe	10.207.029.0001/00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0834 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Cmdo CMA	10.207.029.0001/00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1496 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Cia C CMA	10.207.029.0001/00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0994 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
4º B Av Ex	03.410.553/0001-00	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,2430 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
12º BSup(sede)	09.583.363/0001-71	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,2157 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
2º Cia Sup	00.394.452/0335-32	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0298 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Pq R Mnt/12	09.606.256/0001-11	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1302 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
1° BIS (AMV)	09.595.355/0001-45	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,2353 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
1° BIS (AMV) ALOF	09.595.355/0001-45	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0149 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
CRO / 12º RM	02.341.467/0001-20	[redacted]	Sim	131	[redacted]	0,0749 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
CIGS	09.651.520/0001-39	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,1864 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Colégio Militar de Manaus (Contingente	10.298.174/0001-36	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,0477 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
Colégio Militar de Manaus (SEDE)	10.298.174/0001-36	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,2290 MW	[redacted]	0	[redacted]	[redacted]
2º Gpt E	07.624.790/0001-25	[redacted]	Não	Não se aplica	[redacted]	0,2931 MW	[redacted]	0	2.[redacted] MWh	[redacted]

TOTAL

MW médio	MW médio [Flexibilidade superior] (+100%)	MWh médio/ano	Quantidade em MWh [Flexibilidade inferior] (-100%)	Quantidade em MWh [Flexibilidade superior] (+100%)
[redacted]				

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 010/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 21/05/2025 às 13:31, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): Termo de Referência - Cmdo 12 RM - 21 Maio 2025.pdf, Apêndice I - EVTEA_12RM_assinado.pdf, Apêndice II - DFD_160014-000063-2025.pdf, Apêndice III - Estudo Técnico Preliminar - UGG 12ª RM - Maio 2025.pdf, Apêndice IV - GLOSSÁRIO.docx, Apêndice V - Modelo de minuta de Ata de Registro de Preços.docx, Apêndice VI - Modelo de minuta de Instrumento de Medição de Resultado.docx, Apêndice VII - Modelo de minuta Orientações para Elaboração da Proposta.docx, Apêndice VIII - Modelo de Proposta.docx, Apêndice IX - Modelo de minuta de Atestado de Visita.docx, Apêndice X - Modelo de minuta de Declaracao Conhecimento de Objeto.docx, Apêndice XII - Modelo - EDITAL MODELO.docx, Apêndice XIII - Modelo Procuração.docx, Apêndice XIV - Modelo - TERMO DE CONTRATO.docx, Apêndice XV - DISTRIBUICAO DE ENERGIA.docx, Apendice XVI - Modelo do Relatorio de Desempenho.pdf, Apêndice XVII - Matriz de Gerenciamento de Risco.pdf, Apêndice XVIII - Relatorio_Pesquisa_Precos.pdf, Apêndice XIX - Cotações.pdf, Apêndice XX - Nota_T_cnica_nr_11_APG_SSEF_SEF.pdf, Apêndice XXII - Dados das UC.pdf.

[redacted]
Almoxarife

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

Do [Nome da UGE]
[Seu Endereço]
[Cidade, Estado]
[Data]

À [Distribuidora de Energia Elétrica]
[Endereço da Distribuidora]
[Cidade, Estado]

Assunto: Denúncia dos contratos das Unidades Consumidoras da 12ª RM

Prezados(as) Senhores(as),

Por meio desta carta, venho formalizar a intenção de migração da UC da **UGE** para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), a partir de **primeiro de janeiro de 2026** (data do início da vigência do contrato no MLE). Dessa forma, desejo informar que os atuais contratos de uso do sistema de distribuição (CUSD) e compra de energia elétrica no ambiente regulado (CCER) não serão renovados e encerrados ao término de sua vigência.

Ressalto que, ao optar pelo ingresso no mercado livre de energia, continuarei cumprindo com todas as minhas obrigações financeiras até a data de encerramento dos contratos vigentes. Assim, aguardo orientações sobre os procedimentos necessários para realizar a transição de forma adequada, bem como as condições para encerramento dos contratos atuais.

Atenciosamente,
[Nome]
[Número de Contato]
[E-mail]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 011/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 21/05/2025 às 13:33, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): Apêndice XI - Modelo TERMO-CARTA DE DENUNCIA.docx, Apêndice XXII - Dados das UC.pdf.

[redacted]
Almoxarife

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Termo nº 012/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 21/05/2025 às 13:35, faço a retirada do(s) documentos(s) Apêndice XXII - Dados das UC.pdf do presente processo pelo seguinte motivo: erro.

[redacted]
Almoxarife

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

APÊNDICE XXI AO TERMO DE REFERÊNCIA

Fotos cabine de medição 2º Gpt E (UC 0087002-1)



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8

Fotos cabine de medição 4º CTA (UC 0502083-2)



Figura 9



Figura 11



Figura 10

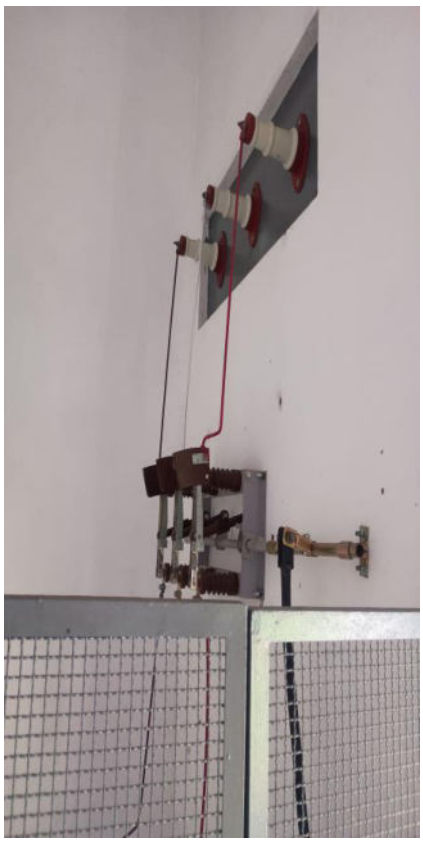


Figura 12



Figura 13

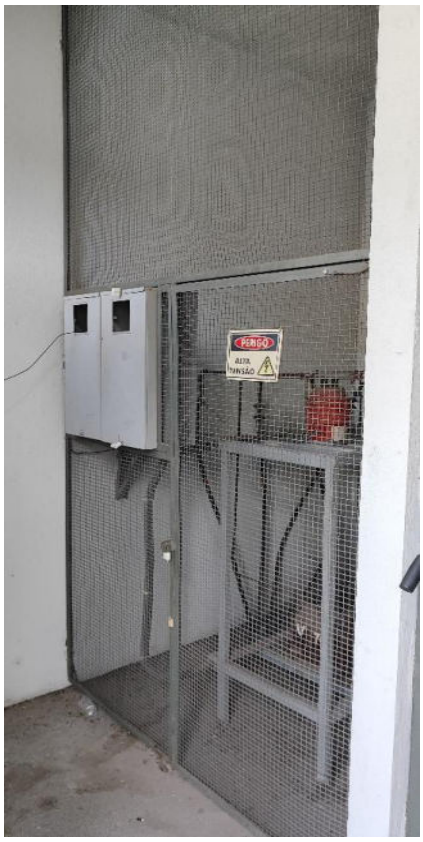


Figura 15



Figura 14

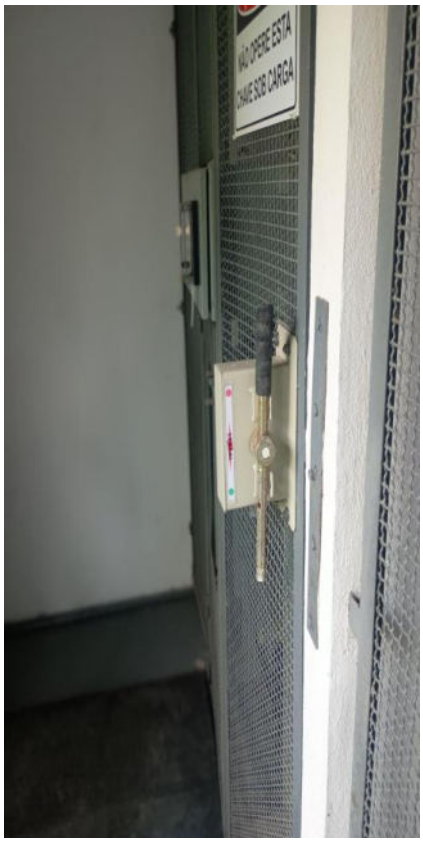


Figura 16

Fotos cabine de medição 12º GAAAe Sl (UC nº 00869996)



Figura 17



Figura 19



Figura 18



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24

Fotos cabine de medição 7º BPE (UC Nº 00869899)



Figura 25



Figura 27



Figura 26



Figura 28



Figura 29

Fotos cabine de medição CECMA (UC Nº 869970)



Figura 30



Figura 32



Figura 31



Figura 33



Figura 34



Figura 35 – marca de água na área externa da cabine



Figura 36



Figura 37



Figura 38



Figura 40



Figura 39



Figura 41

Fotos cabine de medição 4º BAvEx (UC nº 4605640)



Figura 42



Figura 44



Figura 43



Figura 45



Figura 46



Figura 48



Figura 47

Fotos cabine de medição Cmdo CMA (UC Nº 0087000-5)



Figura 49



Figura 51



Figura 50

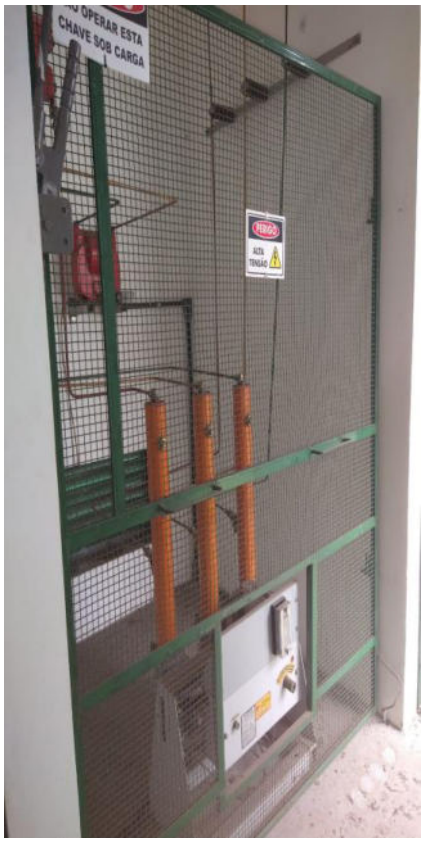


Figura 52



Figura 53



Figura 54



Figura 55



Figura 56

Fotos cabine de medição Cia Cmdo CMA (UC Nº 0689617-0)



Figura 57



Figura 58



Figura 59

Fotos cabine de medição 1º BIS (Amv) (UC 0086988-0)



Figura 60



Figura 62



Figura 61



Figura 63



Figura 64



Figura 65

Fotos cabine de medição 1º BIS (Amv) -ALOF (UC 0018620-1)



Figura 66



Figura 68



Figura 67



Figura 69

Fotos cabine de medição Pq R Mnt/12 (0086990-2)



Figura 70



Figura 72



Figura 71



Figura 73



Figura 74



Figura 75

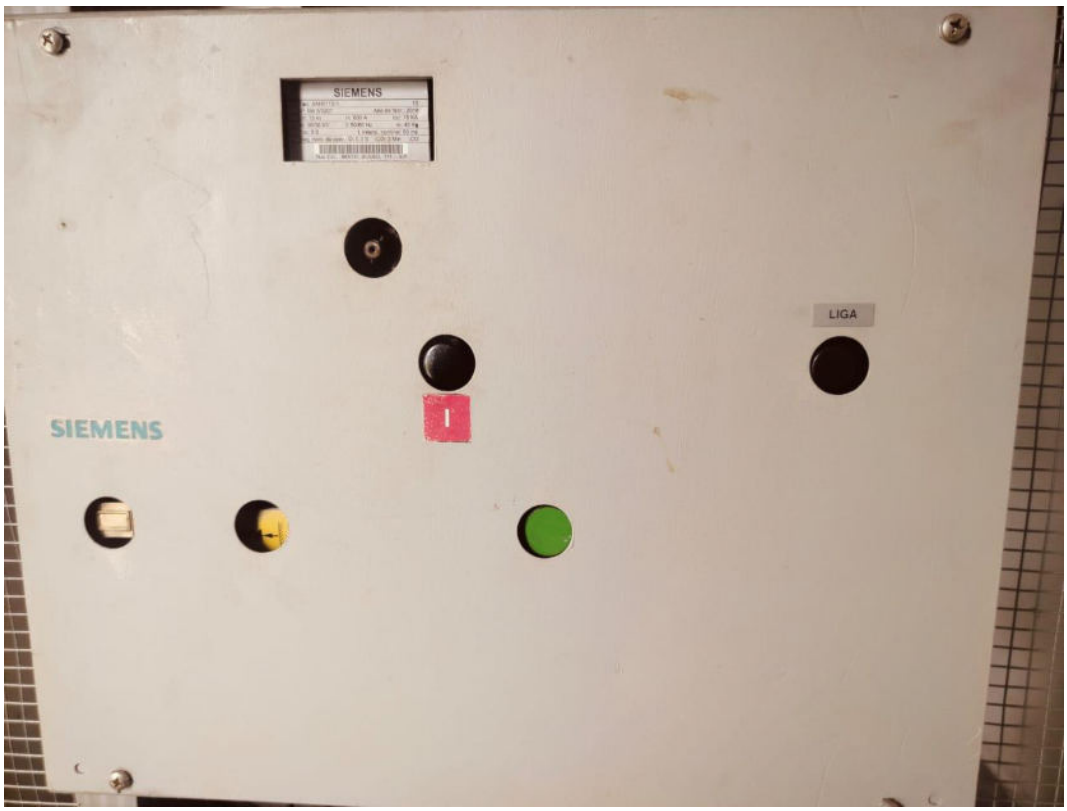


Figura 76

Fotos cabine de medição 12º CGCFEX (0087068-4)



Figura 77



Figura 79



Figura 78



Figura 80



Figura 81



Figura 82



Figura 83



Figura 84



Figura 85

Fotos cabine de medição 1º B Com GE Sl (UC 0086998-8)



Figura 86



Figura 88



Figura 87



Figura 89



Figura 90



Figura 91



Figura 92



Figura 93



Figura 94

Fotos cabine de medição PRM/CSPFA - antiga 29ª CSM (0086472-2)



Figura 95



Figura 96



Figura 97



Figura 98



Figura 99

Fotos cabine de medição HTO (0086208-8)



Figura 100



Figura 102



Figura 101

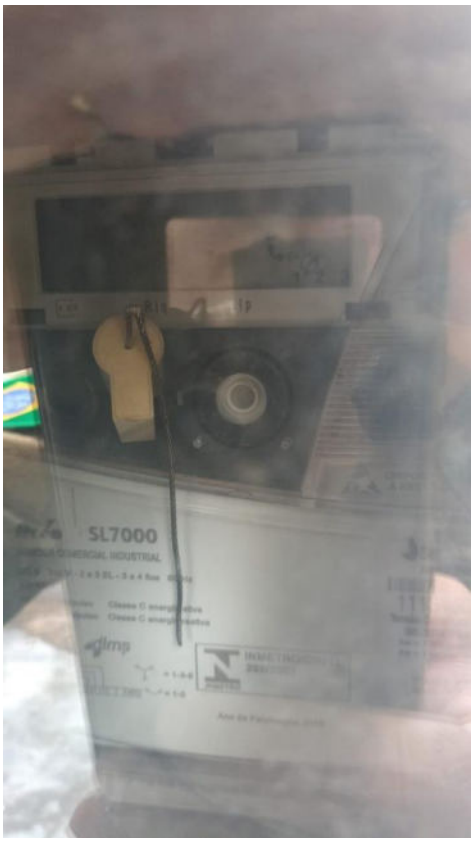


Figura 103

Fotos cabine de medição HTSS (0086190-1)



Figura 104



Figura 105



Figura 106



Figura 107

Fotos cabine de medição Cmdo 12ª RM (0086996-1)

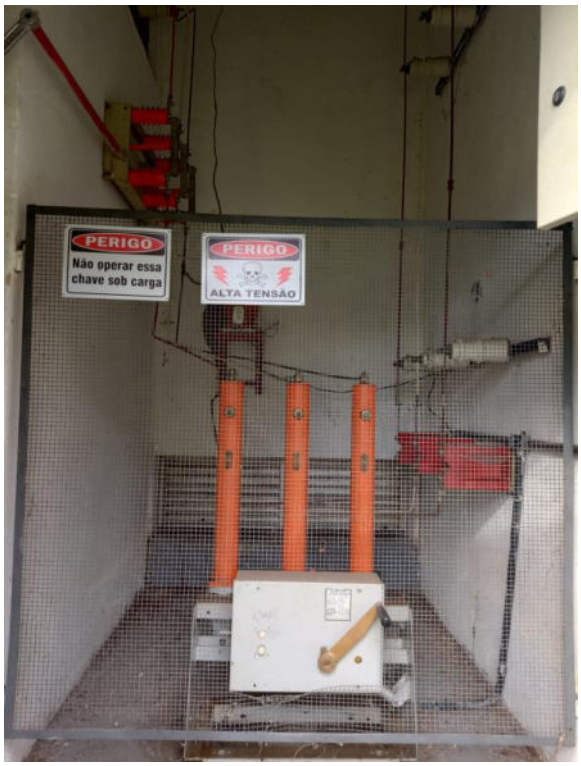


Figura 108



Figura 109



Figura 110



Figura 111



Figura 112



Figura 113



Figura 114



Figura 115


PERIGO
ALTA TENSÃO
PERIGO
Não operar essa
chave sob carga
PERIGO
ALTA TENSÃO

Figura 116

Fotos Estação Aérea, Medidor e Disjuntor 4º CGEO (870129)



Figura 117



Figura 118



Figura 119

Fotos cabine de medição do Colégio Militar de Manaus - CMM (Sede) (UC 0086982-1)



Figura 120 - Medidor aéreo da subestação



Figura 122 - Subestação Sede CMM



Figura 121 - Subestação



Figura 123 - Chave de manobra da subestação

Fotos cabine de medição do Colégio Militar de Manaus - CMM (CCSv) (UC 0086980-5)



Figura 124 - Transformador 250 KVA (CCSv/CMM)



Figura 125 - Relógio medidor de energia (CCSv/CMM)



Figura 126 - Painel medidor de energia (CCSv/CMM)

Fotos cabine de medição CIGS (UC 4499387)



Figura 127



Figura 129



Figura 128

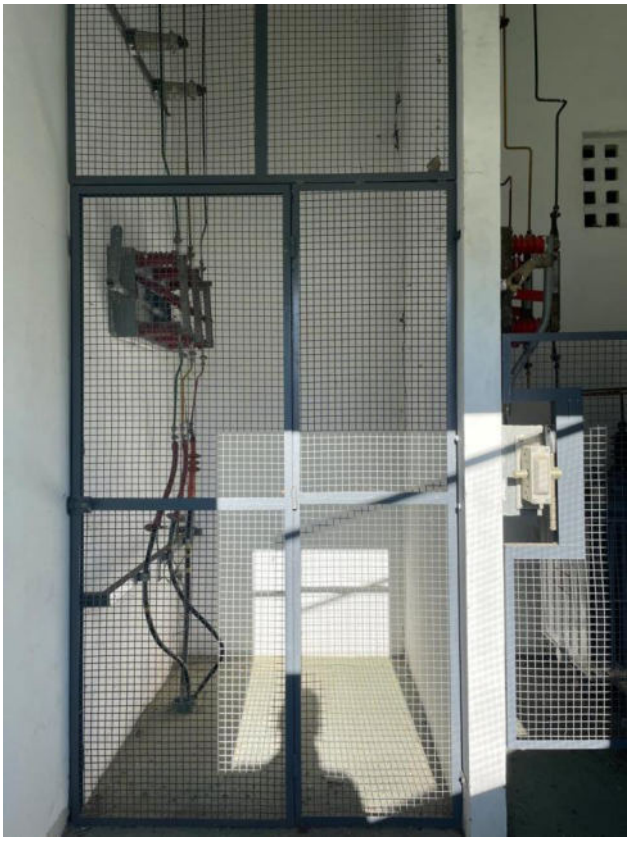


Figura 130



Figura 131



Figura 132



Figura 133

Fotos cabine de medição CRO/12 (UC 0086992-9)



Figura 134



Figura 135



Figura 136

Fotos cabine de medição 12º B Sup Sede (UC 0087011-0)



Figura 137



Figura 139



Figura 138



Figura 140



Figura 141



Figura 143



Figura 142

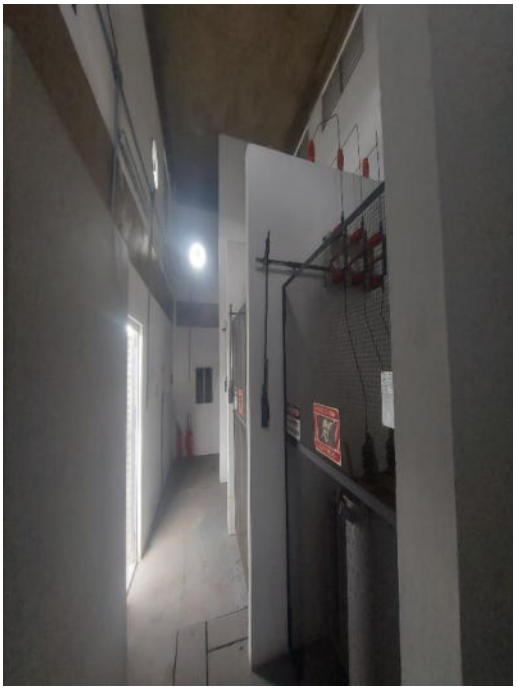


Figura 144



Figura 145



Figura 147



Figura 146



Figura 148

Fotos cabine de medição 2ª Cia/12º B Sup (UC 0087052-8)



Fotos cabine de medição 3ª Cia F Esp (UC 0086991-0)



Figura 149



Figura 150



Figura 151



Figura 152

Manaus, AM, 19 de maio de 2025

[redacted]

Adj SOM/COE – 2º Gpt E

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 013/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 21/05/2025 às 14:12, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): Apêndice XXI - imagens das Cabines das UC.pdf.

[redacted]
Almoxarife

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 014/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 14:46, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): ETP UGG - UGS - CMA - 12 RM.pdf.

[redacted]
Almoxarife

Edital 15/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2025	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX /AM	[redacted]	22/05/2025 16:06 (v 16.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	43/2025	64321.007095 /2025-17

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2025

CONTRATANTE (COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR)

(160014)

OBJETO

Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no ambiente de contratação livre)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 45.179.543,25 (quarenta e cinco milhões cento e setenta e nove mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

(Processo Administrativo n° 64321.007095/2025-17)

Torna-se público que o Comando da 12ª Região Militar, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Avenida Coronel Teixeira, 6155 - Ponta Negra, CEP 69037-000,Manaus/AM, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462,de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica na modalidade varejista (aquisição de energia no ambiente de contratação livre), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

~~*1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico[A1] , facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*~~

~~*1.3. A licitação será realizada em único item.*~~

~~*1.4. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*~~

1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

~~*3.6. Para os itens XX, XX, XX, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*~~

~~*3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*~~

~~*3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*~~

3.9. No grupo único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10 Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. sociedades cooperativas;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em ~~cooperativa~~ deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

~~5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício~~

~~5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;~~

~~5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]~~

5.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A4]

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total do grupo e valor unitário dos itens do grupo;

6.1.2. Descrição do objeto;

6.1.3 A empresa geradora da energia

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar ao MW/h anual máximo, o qual considera-se a flexibilidade superior de 100%.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

~~*6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*~~

~~*6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*~~

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,1 % (zero virgula um por cento).*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

~~7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.~~

~~7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos~~ dois ~~minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados~~ nesse ~~período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.~~

~~7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada~~ em ~~segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

~~7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]~~

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

~~7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

~~7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

> ~~7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.~~
>
> ~~7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.~~

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

> ~~7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015[A6]).~~
>
> ~~7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.~~
>
> ~~7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.~~

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que~~ foram ~~utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~**8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**~~

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s)no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante /contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. contiver vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;[A1]

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A2]

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

~~9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.~~

~~9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL ENTRE 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO][A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.~~

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

*9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo email: "**pregao@12rm.eb.mil.br**" e contato telefônico do Adjunto do Fiscal Administrativo da 12ª Região Militar, Major FERNANDO ANDRADE DE **SENA**, Tel: (92) 9 9491-5073, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 [duas] horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 **[dez]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 **[cinco]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 **[cinco]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. 1. A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

~~*10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º B da Lei nº 6.019/1974. [A2]*~~

~~*10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024. [A3]*~~

~~*10.9. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.*~~ [A4]

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *5*(*cinco*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, ***[poderá]*** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas

pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *30* (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5%* a *15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15%* a *30%* do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

> 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **(*e-mail: pregao@12rm.eb.mil.br)*.**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Comando da 12ª RM, sediado na Av. Coronel Teixeira, 6.155 - Ponta Negra, CEP 69037-000, seção de licitações e contratos, de segunda-feira a quinta-feira, nos horário de 09:30 às 11:30 e 13:30 às 16:00 horas.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Glossário

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I - Modelo de Proposta de Preços

16.11.1.4. Apêndice do Anexo I - Declaração de Conhecimento do Objeto

16.11.1.5. Apêndice do Anexo I - Orientações para Elaboração da Proposta

16.11.1.6. Apêndice do Anexo I - Termo de Carta de Denuncia

16.11.1.8. Apêndice do Anexo I - Modelo de Procuração

16.11.1.9. Apêndice do Anexo I - Distribuição da Energia

16.11.1.10. Apêndice do Anexo I - Modelo de Relatório de Desempenho

16.11.1.11. Apêndice do Anexo I - Fotos das Cabines de Medição

16.11.1.12. Apêndice do Anexo I - Dados das Unidades Consumidoras

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4 Anexo IV – Declaração de Vistoria Técnica

16.11.5. Anexo V – Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica

..... , ... de ..... de 20.....

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Membro da comissão de contratação

Assinou eletronicamente em 22/05/2025 às 15:33:11.

Despacho: Aprovo o seguinte artefato, conforme legislação vigente.

[redacted]

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 22/05/2025 às 16:06:54.

Contrato 8/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX /AM	[redacted]	22/05/2025 15:36 (v 3.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	43/2025	64321.007095 /2025-17

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo n° *64321.007095/2025-17)*

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx*/*xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A União, por intermédio do Comando da 12ª Região Militar, com sede na Av. Coronel Teixeira, 6155, Ponta Negra, CEP 69037-000, na cidade de Manaus/Estado AM, inscrito(a) no CNPJ sob o [redacted] neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], [A2] tendo em vista o que consta no Processo nº 64321.029752/2024-98 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no mercado livre), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de					

1		energia no mercado livre) no Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o 1º ano de contratação (2026).	[redacted]				
	2	Fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no mercado livre) no Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o 1º ano de contratação (2027).					
	3	Fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no mercado livre) no Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o 1º ano de contratação (2028).					
	4	Fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no mercado livre) no Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o 1º ano de contratação (2029).					
	5	Fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no mercado livre) no Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o 1º ano de contratação (2030).					

TOTAL: R$ [redacted]

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação

1.3.2. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~*2.1. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados da assinatura do contrato em janeiro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*~~

~~*2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*~~

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

~~*2.9. O prazo de vigência da contratação é de* ***[indicar o prazo -*** *máximo de um ano]* *contados do(a)* ***[indicar o termo inicial da vigência]****, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n° 14.133/2021*[A3] *.*~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. ~~*O valor mensal da contratação é de R$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxx**), perfazendo o valor total de R$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxx**).*~~

5.2. O valor total da contratação é de R$ 45.179.543,25 (quarenta e cinco milhões cento e setenta e nove mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[A1]

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais descritos no Termo de Referência.

~~*9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A4] .*~~

~~*9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*~~

~~*9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A5]*~~

> ~~*9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*~~

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

~~*11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~*13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*~~

~~*13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*~~

~~*13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*~~

~~*13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*~~

~~*13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*~~

~~*13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1] .*~~

~~*13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*~~

~~*13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*~~

~~*13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A2]*~~

~~*13.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*~~

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 0000001

II) Fonte de recursos: 1050000142

III) Programa de trabalho: 171502

IV) Elemento de despesa: 339039 e

V) Plano interno: IXAPFUNPNRE

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Manaus-AM*, Seção Judiciária de *XXXXX* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]
Membro da comissão de contratação

Assinou eletronicamente em 22/05/2025 às 15:36:37.

Despacho: Aprovo o seguinte artefato, conforme legislação vigente

[redacted]
Autoridade competente

Ata de Registro de Preços 7/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2025	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX /AM	[redacted]	22/05/2025 16:37 (v 3.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	43/2025	64321.007095 /2025-17

1. DO OBJETO

Processo Administrativo n° *64321.007095/2025-17*

Ata de Registro de Preços nº *XX*/*XXXX*

O Comando da 12ª Região Militar, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Av. Coronel Teixeira,6155 - Ponta Negra, CEP 69037-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.633.335/0001-11, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar, o Coronel DAVID [redacted] nomeado por delegação pelo Boletim Interno nº 21 de 30 de janeiro de 2024, do Comando da 12ª Região Militar, portador da matrícula funcional [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90003 /2025, publicada no Portal de Compras do Governo Federal, de 13/03/2025, processo administrativo n.º64321. 028330 /2024-03, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s)e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462,de 31 de março de2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Modalidade Varejista (aquisição de energia no mercado livre) , especificado no grupo único do Termo de Referência, anexo *I* do *edital de licitação* n.º *15*/*2025*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*					
X	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Comando da 12ª Região Militar.

~~*3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*~~

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Grupo	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*
	COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	MW/h anual	[redacted]
	CENTRO DE EMBARCAÇÕES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	MW/h anual	
	4º CENTRO DE GEOREFERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA	MW/h anual	
	12ª CENTRO DE GESTÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO	MW/h anual	
	4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO	MW/h anual	

1	12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO DE EXÉRCITO	MW/h anual	[redacted]
	PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/12	MW/h anual	
	1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA AEROMÓVEL	MW/h anual	
	COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/12	MW/h anual	
	CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA	MW/h anual	
	COLÉGIO MILITAR DE MANAUS	MW/h anual	
	2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA	MW/h anual	

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

~~8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.~~

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente*[A1]* após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital.*

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Membro da comissão de contratação

Assinou eletronicamente em 22/05/2025 às 16:37:17.

Despacho: Aprovo o seguinte artefato, conforme legislação vigente

[redacted]

Autoridade competente

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 015/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 15:40, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): EDITAL160014_000015_2025 (2).pdf, CONTRATO160014_000008_2025.pdf, ARP160014_000007_2025.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública sua intenção de realizar licitação na modalidade Pregão, pelo sistema de Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto mediante um único procedimento, possibilitando alcançar melhores preços por meio de economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu Art. 86 § 1º, admite a dispensa da intenção de registro de preços quando o órgão for o único contratante, como se observa a partir da leitura do dispositivo legal:

> *"O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante."*

Assim, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, quando o órgão for o único contratante.

Acontece que o o Comando da 12ª Região Militar foi escolhido como responsável para gerenciar a licitação, conforme Nota Técnica 11/APG/SSEF/SEF, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria de Economia e Finanças do Exército (SEF), que emitiu orientações sobre a contratação de energia elétrica no ambiente de contratação livre nas Organizações Militares do Exército.
Além de conscientizar quanto a otimização do processo de migração para o mercado de energia livre a Diretriz Geral de Gestão Orçamentária divulgou os calendários de execução das atividades e orientou às Regiões Militares que o processo licitatório seja o mais centralizado possível por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) visando a otimização e o ganho de escala.

Ou seja, a 12ª RM centralizará todas as ações, inclusive, o preenchimento das quantidades das Organizações Militares participantes.

Diante do exposto, o Comando da 12ª Região Militar optou pela não divulgação da presente IRP em virtude de ser a Unidade centralizadora da contratação, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, já que é necessário a conclusão da homologação até o mês de junho de 2025. Este prazo foi definido por ser vinculado à migração para o mercado de energia livre a confecção CARTA DE DENÚNCIA DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO com a empresa concessionária até 06 (seis) meses antes do início dos serviços, que estão previstos para o janeiro de 2026.

Manaus-AM, 19 de maio de 2025



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 016/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 15:42, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS.pdf, JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

LOGO DA EMPRESA

ATESTADO DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

Atestamos que o Sr....., portador da carteira do CREA nº ....., Região....., representando a empresa ....., CNPJ nº .....nos termos do edital e anexos, visitou o local da obra destinado a realização dos serviços, onde serão executados os serviços de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre, no município de **Manaus/AM**, oportunidade em que tomou conhecimento de todas as informações necessárias e das condições locais que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos.

_____-AM, ____ de _____ de _____

_____
Representante da empresa

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

LOGO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, etc), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA), DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão, DECLARA, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico.

_____-AM, ____ de _____ de _____

_____
Representante da empresa
Cédula de Identidade nº: _____
CPF: ___

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 017/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 15:47, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA.doc, ANEXO V - MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA.doc.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Termo nº 018/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 15:48, faço a retirada do(s) documentos(s) JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO.pdf do presente processo pelo seguinte motivo: retificação da informação.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

JUSTIFICATIVA À VEDAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Em conformidade com o disposto no subitem 3.10.11. da minuta do Edital, **JUSTIFICO** a vedação para participação de empresas reunidas em consórcio, objetivando à eventual contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre, por intermédio da realização do Pregão Eletrônico SRP nº 90003/2025, como se segue:

1. Em relação à participação em certames licitatórios de empresas reunidas em consórcio, o legislador pátrio contemplou no art. 15, da lei 14.133/21 o poder discricionário da Administração em permitir ou não a participação de consórcios. Vejamos:

> Art. 15. "*Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas"*

2. A Administração pretende por meio de pregão, na sua forma eletrônica, selecionar a proposta mais vantajosa objetivando à eventual contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre, mediante as condições previstas nos ditames editalícios referenciados. Tais artigos constituem-se como bens comuns, não sendo de alta complexidade técnica. Assim preconiza o inciso XIII, art. 6º, da Lei 14.133/21:

> XIII. *"**bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*

3. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que os bens comuns são perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes do ramo licitado. Neste tipo de licitação, dada as características dos bens, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua

maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

4. Cumpre destacar que, caso fosse admitida pela Administração, a participação dos consórcios não garantiria e/ou ampliaria a competitividade, ao contrário, poderia até restringir a competição, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não dariam condições de participação a outras empresas, o que, indubitavelmente, levaria a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa.

5. Ressalte-se que a decisão com relação à vedação à participação de empresas reunidas em consórcios, expressa no subitem 3.10.11 da referida minuta do Edital, no caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer os bens, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

6. Diante do exposto e considerando que a contratação de energia elétrica no âmbito do mercado livre se trata de um serviço comum na Administração, este Ordenador de Despesas decide manter a supracitada vedação disposta na minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90003/2025, deste Grande Comando.

Manaus-AM, 19 de maio de 2025.

[redacted]

Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 019/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 15:50, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação e licitantes aventureiros que posam frustrar o certame, causando transtornos com atraso e perca da continuidade das atividades finalistas desta Unidade Militar.

A qualificação técnica se divide em profissional e operacional. A primeira busca identificar, nos quadros da licitante, profissionais cujo acervo técnico indique a responsabilidade pela execução de obras similares ao objeto do certame. Já a segunda tem como escopo buscar a comprovação de que a empresa licitante, como unidade jurídica e econômica, já participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública. Embora a contratação do mercado de energia livre seja considerado um serviço comum, é preciso que os fornecedores possuam capacidade técnica para a montagem e execução do fornecimento, já que, as empresas terão que obter diversas autorizações das agências reguladoras de energia elétrica.

A qualificação econômico-financeira será exigida para adequação da execução do objeto. Como o mercado de energia livre é um conceito relativamente novo no âmbito das licitações e contratos esta administração decidiu exigir tal qualificação para evitar empresas aventureiras e sem capacidade financeira para assumir um serviço que pode interferir, até mesmo, em questões de segurança institucional das instalações militares.

Do exposto, as exigências se fazem necessárias para o bom andamento das contratações desta Unidade Gestora, neste caso específico, de licitação tão sensível para as instalações.

[redacted]
ENC SET MAT

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 020/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 22/05/2025 às 16:04, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): justificativa para qualificação técnica e financeira.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar

Resumo da IRP

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	N° da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	160014 - 00005/2025

Lei	Modalidade da Compra	Critério de Julgamento
Lei nº 14.133/2021	Pregão Eletrônico	Menor Preço/Maior Desconto

Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
30/06/2025	12	Sim	Não

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome	CPF
MARIO ALVES GOMES FILHO	004.063.483-32

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
[redacted]		[redacted]

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora	Órgão da UASG
160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	52121 - COMANDO DO EXERCITO

Logradouro	Número	Complemento
AV DOS EXPEDICIONáRIOS, 6155, PONTA NEGRA		

Bairro	Município	CEP
	Manaus/AM	69037000

Itens da IRP

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre	UNIDADE	Menor Preço	[redacted]	160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	Manaus/AM	2380
2	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre	UNIDADE	Menor Preço		160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	Manaus/AM	2380
3	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre	UNIDADE	Menor Preço		160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	Manaus/AM	2380
4	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre	UNIDADE	Menor Preço		160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	Manaus/AM	2380
5	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre	UNIDADE	Menor Preço		160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	Manaus/AM	2380

5 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Nenhum registro a ser exibido.

Fechar

Gestor de Compras IRP Manifestar Interesse Analisar IRP Quadro de IRP

Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Detalhes do Item da IRP

23/05/2025 07:36:15

Órgão da UASG
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora
160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

N° da IRP
160014 - 00005/2025

Situação da IRP
Transferida

Gestor de Compras Responsável
MARIO [redacted]

Data Provável da Licitação
30/06/2025

Data de Confirmação da Participação

Objeto
Contratação de mercado de energia livre

Justificativa
Conforme § 2º do art. 9º do Decreto Nr 11.462 de 31 de março de 2023.

Eventos da IRP
Nenhum registro a ser exibido.

Alterações de Fase da IRP

Fase	Data/Hora do Registro	Alterado Por
Edição	05/05/2025 - 11:32	[redacted]
Transferida	05/05/2025 - 15:44	

Manifestações de Interesse da IRP
Nenhum registro a ser exibido.

Itens da IRP

N° do Item	Tipo de Item	Item	Data Limite para Envio de Proposta	Situação
1	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre		Transferido
2	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre		Transferido
3	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre		Transferido
4	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre		Transferido
5	Serviço	27863-Energia elétrica - fornecimento mercado livre		Transferido

5 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Resumo da IRP

Solução SERPRO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 021/2025 - Processo 64321.007095/2025-17

Em 23/05/2025 às 07:38, faço anexar ao presente processo 64321.007095/2025-17, o(s) documento(s): Resumo IRP.pdf.

[redacted]
Auxiliar da Seção de Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar